



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI / CAMPUS CLÓVIS MOURA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

A PRÁTICA ALFABETIZADORA DO/A PEDAGOGO/A NA INCLUSÃO DE
CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

CANAÃ GOMES ALVES

TERESINA-PI

2025

CANAÃ GOMES ALVES

**A PRÁTICA ALFABETIZADORA DO/A PEDAGOGO/A NA INCLUSÃO DE
CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
apresentado como requisito parcial para
obtenção de título de graduada - Curso de
Licenciatura plena em Pedagogia da
Universidade Estadual do Piauí, Campus
Clóvis Moura - UESPI.

Orientador: Dr. Jânio Jorge Vieira de
Abreu.

**TERESINA-PI
2025**

CANAÃ GOMES ALVES

**A PRÁTICA ALFABETIZADORA DO/A PEDAGOGO/A NA INCLUSÃO DE
CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
apresentado à Banca Examinadora da
Universidade Estadual do Piauí, Campus
Clóvis Moura - UESPI como requisito
parcial para obtenção do título de
licenciada em Pedagogia.

Orientador: Dr. Jânio Jorge Vieira de
Abreu.

Aprovado em _____ de _____ de 2025 / Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Profº Dr. Jânio Jorge Vieira de Abreu (CCM-UESPI).
Professor Orientador

Prof.ª Dra. Eliene Maria Viana de Figueiredo Pierote (CCM-UESPI)
Membro Examinadora da Banca

Prof.ª Dra. Joilza Rodrigues Cunha Leitão (CCM-UESPI)
Membro Examinadora da Banca

Dedico esse trabalho à minha tia Beatriz Silva (in memoriam), que foi uma das maiores incentivadoras e apoiadoras nessa jornada, à minha família e amigos

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de expressar minha profunda gratidão a Deus, por me proporcionar força e sabedoria durante toda essa jornada e me sustentar nos momentos mais difíceis que vivi nesse processo.

Agradeço à UESPI - Universidade Estadual do Piauí, por ter sido o ambiente que acolheu minha formação acadêmica, proporcionando conhecimento, estrutura e apoio ao longo desta jornada. Uma instituição que se destaca pelo compromisso com a excelência acadêmica, pela qualidade de seu corpo docente e pela dedicação em formar profissionais éticos, críticos e preparados para os desafios. Sou grata por ter feito parte desta instituição.

À minha família, meus irmãos, Misael e Sunamita pela parceria e especialmente aos meus pais, Antônio e Helena, pelo amor incondicional, orações, apoio e incentivo em todos os momentos. Vocês foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Ao meu namorado, Welisson, pelo companheirismo, por acreditar no meu potencial e pelos incentivos nos momentos oportunos.

A todos os professores que nos proporcionaram momentos de reflexão e aprendizagem de forma significativa durante a graduação.

Meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, o professor Dr. Jânio Jorge Vieira de Abreu, pela orientação, paciência, apoio, incentivo e pelas valiosas contribuições que enriqueceram meu trabalho e foram essenciais para o desenvolvimento deste TCC.

Agradeço também aos meus colegas de curso que estiveram ao meu lado durante essa trajetória, especialmente às minhas amigas Sâmia, Joyce, Jordânia, Amanda e Nayara pela amizade que construímos ao longo desses anos, as vivências, as trocas de ideias, discussões e momentos de descontração tornaram essa experiência ainda mais significativa.

A minha amiga Sâmia, foi uma companheira desde o início e em momentos até fora da sala de aula, sou grata por sua amizade.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para a conclusão deste projeto. Cada apoio foi significativo e muito apreciado.

Agradecida!

“Educar não é ensinar respostas, educar é ensinar a pensar.”

(Rubem Alves)

RESUMO

O presente estudo investigou a prática alfabetizadora do/a professor/a pedagogo/a e sua contribuição na inclusão de crianças com transtorno do espectro autista (TEA) em uma escola pública municipal de Teresina. Para isso propôs o seguinte problema de pesquisa: Como se caracteriza a prática alfabetizadora do/a professor/a pedagogo/a e qual a sua contribuição na inclusão de crianças com TEA? O objetivo geral do estudo foi analisar a prática alfabetizadora dos/as professores/as pedagogos/as e sua contribuição para a inclusão de crianças com TEA na escola pesquisada. Para tanto teve-se como objetivos específicos: Verificar a abordagem feita nos referenciais curriculares, no PPP da escola e nas diretrizes para a alfabetização, inclusão em sua relação com a prática alfabetizadora do/a professor/a pedagogo/a na inclusão de crianças com TEA; Caracterizar o processo de formação continuada oferecido para o/a professor/a pedagogo/a na alfabetização e inclusão de crianças com TEA; Identificar as representações e práticas de alfabetização e inclusão de alunos com TEA na comunidade escolar pesquisada; Identificar os fatores que facilitam/dificultam o trabalho do/a professor/a pedagogo/a na alfabetização e inclusão de crianças com TEA. A pesquisa tem como base teórica: Bosa (2002); Ghiraldelli Jr. (2004); Libâneo (2005); Lima (2013); Mantoan (2003); Pimenta (2011) e outros. Considerando o aprofundamento que se desejou no estudo foi realizada uma pesquisa descritiva (Gil, 2002). Para alcançar os objetivos e possibilitar o contato direto com a realidade foi realizada uma pesquisa de campo (Bogdan e Biklen, 1994) sob abordagem qualitativa (Richardson, 2012). Para obtenção dos dados necessários, foi aplicado o questionário e desenvolvida a técnica de entrevista guiada (Richardson, 2012). As participantes da pesquisa foram duas (02) professoras/es, o/a Diretor/a e um/a coordenador/a da instituição pesquisada, totalizando quatro (04) pessoas participantes do estudo. A Escola pertence à rede Municipal de Ensino, nível Fundamental, localizada na Zona Sudeste da cidade de Teresina-Piauí, Brasil. Com a realização do estudo, concluiu-se que a prática alfabetizadora para os alunos com TEA enfrenta desafios em sua efetivação e requer um comprometimento maior com a adaptação das estratégias pedagógicas. Se torna fundamental que a instituição invista em formação continuada para os educadores, disponibilize recursos didáticos acessíveis e promova uma abordagem centrada nas necessidades específicas sobre as demandas que cada aluno necessita.

Palavras-chave: Professor/a Pedagogo/a. Alfabetização. Inclusão Escolar. Alunos com Transtorno do Espectro Autista.

ABSTRACT

This study aimed to investigate the literacy practice of the pedagogue teacher and its contribution to the inclusion of children with autism spectrum disorder (ASD) in a public school in Teresina. To this end, the following research problem was proposed: How is the literacy practice of the pedagogue teacher characterized and what is its contribution to the inclusion of children with ASD? The general objective of the study was to analyze the literacy practice of the pedagogue teachers and their contribution to the inclusion of children with ASD in the school studied. To this end, the specific objectives were: To verify the approach taken in the curricular references and guidelines for literacy and inclusion in its relationship with the literacy practice of the pedagogue teacher in the inclusion of children with ASD; To characterize the continuing education process offered to the pedagogue teacher in the literacy and inclusion of children with ASD; To identify the representations and practices of literacy and inclusion of students with ASD in the school community studied; To identify the factors that facilitate/hinder the work of the teacher/pedagogue in the literacy and inclusion of children with ASD. The research is based on the following theoretical frameworks: Bosa (2002); Ghiraldelli Jr. (2004); Libâneo (2005); Lima (2013); Mantoan (2003); Pimenta (2011) and others. Considering the depth desired in the study, a descriptive research was carried out (Gil, 2002). To achieve the objectives and enable direct contact with reality, a field research was carried out (Bogdan and Biklen, 1994) using a qualitative approach (Richardson, 2012). To obtain the necessary data, a questionnaire was applied and the guided interview technique was developed (Richardson, 2012). The participants in the research were two (02) teachers, the principal and a coordinator of the institution researched, totaling four (04) people participating in the study. The school belongs to the Municipal Education Network, Elementary level, located in the Southeast Zone of the city of Teresina-Piauí, Brazil. With the completion of the study, it was concluded that the literacy practice for students with ASD faces challenges in its implementation and requires a greater commitment to the adaptation of pedagogical strategies. It is essential that the institution invests in continuing education for educators, makes accessible teaching resources available and promotes an approach centered on the specific needs of each student.

Keywords: Teacher/Pedagogy. Literacy. School Inclusion. Students with Autism Spectrum Disorder.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CNS - Conselho Nacional de Educação

DSM - Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

NEE - Necessidades Educacionais Especiais

PPP - Projeto Político Pedagógico

RCNEI - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TEA - Transtorno do Espectro Autista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 ALFABETIZAÇÃO E INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TEA NA ESCOLA	
REGULAR: PRÁTICAS, ASPECTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E LEGAIS...	13
1.1 Os desafios para o/a aluno/a com TEA e a educação inclusiva no Brasil	17
1.2 O/a aluno/a com TEA e a inclusão no Brasil: legislação, diretrizes e referenciais.....	18
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	21
2.1 Instrumentos, técnicas e participantes da pesquisa	21
2.2 Descrição do campo de pesquisa	23
2.3 Aspectos éticos da pesquisa	24
2.4 Metodologia de análise dos dados	24
3 AS CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE PROFESSORES/AS PEDAGOGOS/AS E	
DA GESTÃO NA ALFABETIZAÇÃO E INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA	27
3.1 Aluno com TEA, alfabetização e educação inclusiva: conceitos, caracterização e práticas das pessoas entrevistadas.....	28
3.2 Os desafios, o papel da família e da escola na alfabetização e inclusão do aluno com TEA.....	37
3.3 A formação continuada, a importância da professora pedagoga e a abordagem do PPP na alfabetização e inclusão do aluno com TEA na escola.....	41
CONCLUSÕES	49
REFERÊNCIAS	52
APÊNDICES	54
ANEXOS	63

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista – TEA é visto como um desafio para os educadores e a educação em geral, pois é um transtorno de aprendizagem que muitas crianças possuem diagnóstico e em muitas experiências os professores sentem dificuldade na inclusão e alfabetização desse alunado, uma vez que a falta de formação continuada contribui de forma significativa dificultando o processo de ensino e aprendizagem dos alunos fazendo com que o/a professor/a se sinta despreparado para tal missão.

A instituição escola como espaço educacional na perspectiva inclusiva busca atender a todos. Nesse sentido, espera-se que seja um espaço acolhedor, agradável e inclusivo. Possuir capacidade para atender às necessidades educacionais de cada indivíduo é fundamental, principalmente aos alunos que possuem Necessidades Educacionais Especiais (NEE) , com algum tipo de deficiência ou transtorno e nesse aspecto, o aluno com transtorno do espectro autista.

Mediante o exposto, a educação de pessoas com autismo apresenta-se como um tema de extrema importância, pois envolve a adaptação de práticas pedagógicas para atender às necessidades específicas desses indivíduos.

A partir dos aspectos abordados, partiu-se à realização do estudo sobre a prática alfabetizadora do/a professor/a pedagogo/a e sua contribuição na inclusão de crianças com transtorno do espectro autista (TEA) em uma escola pública municipal de Teresina. Fez-se o estudo da prática alfabetizadora do/a professor/a pedagogo/a desenvolvida com o público autista da escola levando em consideração as dificuldades enfrentadas por esses/as profissionais no processo de alfabetização e inclusão de crianças com TEA com a hipótese de que tais desafios, dificuldades, dentre outros fatores, estão relacionadas à formação continuada oferecida pela rede de ensino.

O interesse pelo estudo se deu mediante a observação do espaço escolar com alunos autistas e percebendo as dificuldades enfrentadas pelos mesmos para serem incluídos no ambiente escolar. Com esse propósito o estudo partiu do seguinte problema de pesquisa: Como se caracteriza a prática alfabetizadora do/a professor/a pedagogo/a e qual a sua contribuição na inclusão de crianças com TEA?

Com esse questionamento levantado, elaborou-se as seguintes questões norteadoras: Quais as concepções e práticas dos/as professores/as pedagogos/as e da gestão da escola sobre a alfabetização, educação inclusiva de alunos/as com TEA na escola? A prática alfabetizadora do/a professor/a pedagogo/a contempla a aprendizagem das crianças com TEA na perspectiva inclusiva? Quais os fatores que dificultam/facilitam o trabalho do/a professor/a pedagogo/a na alfabetização e inclusão de crianças com TEA? Há relação entre a abordagem dos referenciais curriculares e do PPP da escola com a prática alfabetizadora e inclusiva na escola? A pesquisa tem como objetivo geral analisar a prática alfabetizadora dos/as professores/as pedagogos/as e sua contribuição para a inclusão de crianças com TEA na escola pesquisada.

No intuito de alcançar o objetivo apresentado, traçou-se os seguintes objetivos específicos: Verificar a abordagem feita nos referenciais curriculares, no PPP da escola e nas diretrizes para a alfabetização, inclusão em sua relação com a prática alfabetizadora do/a professor/a pedagogo/a na inclusão de crianças com TEA; Caracterizar o processo de formação continuada oferecida para o/a professor/a pedagogo/a na alfabetização e inclusão de crianças com TEA; Identificar as representações e práticas de alfabetização e inclusão de alunos com TEA na comunidade escolar pesquisada; Identificar os fatores que facilitam/dificultam o trabalho do/a professor/a pedagogo/a na alfabetização e inclusão de crianças com TEA.

Diante dos objetivos propostos, acredita-se que o estudo foi realizado e será relevante pois apresenta uma experiência de alfabetização inclusiva e poderá contribuir para o desenvolvimento educacional de alunos com TEA. Apresenta-se o texto resultado da pesquisa o qual está estruturado em três capítulos e as seções de introdução e conclusões.

O primeiro capítulo intitulado "Alfabetização e inclusão da criança com TEA na escola regular: práticas, aspectos históricos, conceituais e legais",`` aborda os desafios para o aluno com TEA e a educação inclusiva no Brasil, a prática alfabetizadora e pedagógica da inclusão em educação, as diretrizes, a legislação e referenciais curriculares que asseguram e orientam a inclusão escolar.

O segundo capítulo aborda os procedimentos metodológicos para a realização da pesquisa, incluindo a descrição do campo de pesquisa, os tipos, instrumentos e técnicas da pesquisa, o perfil dos participantes e da escola, a

metodologia de análise dos dados produzidos no campo e os procedimentos éticos do estudo envolvendo pessoas.

O terceiro capítulo apresenta o estudo realizado com os participantes na escola trazendo os resultados obtidos, abordando entre outros aspectos: as concepções e práticas de professores pedagogos e gestão na alfabetização e inclusão de alunos com TEA; o papel da família e a formação continuada dos educadores para a alfabetização e inclusão do aluno com TEA na escola; a formação continuada, abordagem do PPP na alfabetização e inclusão do aluno com TEA na escola.

A última seção do trabalho traz as constatações, as conclusões reflexivas com proposições para a prática alfabetizadora e inclusão de alunos com TEA perspectivando ser uma contribuição para a comunidade escolar e acadêmica no sentido de mostrar mais sobre a realidade escolar, especialmente os desafios e as possibilidades de uma educação inclusiva através da alfabetização de professoras pedagogas em uma escola que se propõe inclusiva.

1 ALFABETIZAÇÃO E INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TEA NA ESCOLA REGULAR: PRÁTICAS, ASPECTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E LEGAIS

A prática de alfabetizar é uma das atividades mais desafiadoras e importantes do processo educativo. Nesse período, as crianças não apenas dominam a leitura e a escrita, mas também estabelecem as bases para sua interação com o mundo. Neste contexto, a inclusão torna-se um princípio indispensável que exige que os educadores reconheçam e valorizem a singularidade de cada aluno, independentemente das suas condições ou particularidades.

Entre as concepções de alfabetização, apresenta-se neste estudo, um conceito que contempla aspectos fundamentais da prática alfabetizadora, trata-se de um processo de apropriação da “tecnologia da escrita”, isto é, do conjunto de técnicas - procedimentos, habilidades - necessárias para a prática da leitura e da escrita: domínio do sistema de representação que é a escrita alfabética e das normas ortográficas (Soares, 2020. p. 27).

Alfabetizar na perspectiva inclusiva, especialmente na realidade escolar brasileira, em muitas experiências da rede pública e privada apresentando-se na atualidade, exige repensar as práticas pedagógicas, notadamente, sob uma perspectiva inclusiva. Isto significa refletir sobre como o ensino pode ser transformado para atender às diferentes formas de aprender, garantindo que todos os estudantes tenham acesso equitativo ao conhecimento.

Assim, mais do que ensinar a decodificar palavras, alfabetizar na perspectiva inclusiva é desenvolver uma prática pedagógica com estratégias que viabilizem o ensino, a aprendizagem de forma a promover a autonomia, a cidadania e o senso de pertencimento no ambiente escolar. É importante lembrar um significado ou conceito de prática pedagógica para assim perceber a dimensão de uma alfabetização inclusiva. Primeiro tem-se que: “uma aula ou um encontro educativo tornar-se-á uma prática pedagógica quando se organizar em torno de intencionalidades, bem como na construção de práticas que conferem sentido às intencionalidades.

Uma prática alfabetizadora terá esse significado de uma prática pedagógica quando incorporar a reflexão contínua e coletiva, de forma a assegurar que a intencionalidade proposta é disponibilizada a todos; será pedagógica à medida que

buscar a construção de práticas que garantam que os encaminhamentos propostos pelas intencionalidades possam ser realizados'' (Franco, 2016, p. 3).

A educação de pessoas com algum tipo de deficiência é um desafio educacional que persiste há muito tempo. A educação dessas pessoas era feita de forma segregada ou até mesmo era negligenciada, uma educação de caráter elitista era privilégio de poucos e quando se tratava de pessoas com algum tipo de deficiência, essas eram expostas a discriminações e preconceitos e impedidas de fazerem parte do convívio social em diferentes espaços, entre eles, o escolar com a justificativa de suas limitações físicas ou comportamentais.

A realidade brasileira mostra o seguinte, a partir da Constituição Federal de 1988, vem a garantia em lei, e de forma mais consistente, de educação para todas as pessoas. Está assegurado no art. 205 do referido documento, a educação como direito de todos e dever do Estado, e no art. 206, é estabelecido, entre os princípios norteadores do ensino no Brasil, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96 (Brasil, 1996), art. 4º, inciso III, embora tratando somente de aspectos referentes à Educação Especial, pode garantir a inclusão, pois assegura que é dever do Estado garantir o "atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino". Entre os pontos especificados, o art. 58. § 1º diz que, sempre que for necessário, haverá serviços de apoio especializado para atender às necessidades peculiares de cada aluno com necessidades especiais, isso garantiu um avanço e, em sendo colocado em prática, pode significar a inclusão escolar.

Assim, com a legislação vigente, incluindo as leis específicas, diretrizes e referenciais curriculares, chega-se de forma mais concreta à inclusão. No entanto, na prática escolar ou prática pedagógica, prática curricular, em muitas experiências educativas, esses direitos ainda precisam ser efetivados, pois há a perspectiva inclusiva, a integração, mas sem de fato promover a inclusão.

Mantoan (2003) busca uma compreensão do processo de inclusão escolar e aborda sobre a diferença entre os processos que acontecem nas escolas: a inclusão e a integração.

A integração escolar pode ser entendida como o “especial na educação”, ou seja, a justaposição do ensino especial ao regular, ocasionando um inchaço desta modalidade, pelo deslocamento de profissionais, recursos, métodos e técnicas da educação especial às escolas regulares. (Mantoan, 2003, p. 16) Quanto à inclusão, esta questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular. (Mantoan, 2003, p. 16).

Essa diferenciação se torna necessária, pois traz uma reflexão acerca de por qual tipo de educação estamos lutando e qual está presente nas escolas brasileiras. De acordo com o DSM-5 Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, (a referência mundial para critérios diagnósticos), indivíduos dentro do espectro podem ter déficits na comunicação social ou na interação social (como reciprocidade verbal ou não verbal e socioemocional) e ser padronizadas por limite e comportamentos repetitivos, como movimentos contínuos, interesses fixos e hipersensibilidade ou hipersensibilidade a estímulos sensoriais. Todas as pessoas autistas têm estas dificuldades, mas todas são afetadas em graus variados, resultando em condições muito específicas. Apesar de o diagnóstico ser muito comum em crianças e até bebês, o transtorno é uma condição permanente que acompanha a pessoa em todas as fases da vida. Cada um possui sua especificidade e requer atenção diferenciada quanto a isso, o que deve ser evitado a prática de comparação. Bosa (2002), traz que o TEA é um distúrbio de desenvolvimento neurológico, que deve estar presente desde a infância apresentando déficits nas dimensões sócio comunicativa e comportamental.

A conferência Mundial da Educação Especial realizada em junho de 1994, culminou na aprovação da Declaração de Salamanca, um marco importante na promoção da inclusão educacional em nível global. O documento reafirma o compromisso com a educação inclusiva e defende que todas as pessoas, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou emocionais, têm o

direito fundamental à educação. O documento destaca a importância de uma educação de qualidade para todos, respeitando e valorizando a diversidade humana.

A Declaração de Salamanca de 1994 (BRASIL, 1994, p. 4), aborda que a

Educação Especial incorpora os mais do que comprovados princípios de uma forte pedagogia da qual todas as crianças possam se beneficiar. Ela assume que as diferenças humanas são normais e que, em consonância com a aprendizagem de ser adaptada às necessidades da criança, ao invés de se adaptar a criança às assunções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem. Uma pedagogia centrada na criança é benéfica a todos os estudantes e, conseqüentemente, à sociedade como um todo. A experiência tem demonstrado que tal pedagogia pode consideravelmente reduzir a taxa de desistência e repetência escolar (que são tão características de tantos sistemas educacionais) e ao mesmo tempo garantir índices médios mais altos de rendimento escolar. (Declaração de Salamanca, 1994, p.4)

A Educação Especial abordada no documento, se configura em uma modalidade de ensino, como mostra a LDB vigente, voltada para atender alunos com necessidades educacionais específicas, incluindo pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Ela não é substitutiva da educação regular, mas complementar, e pode ser realizada em ambientes externos à sala de aula buscando garantir que os estudantes recebam suporte necessário para seu pleno desenvolvimento acadêmico e social, oferecendo estratégias, recursos e práticas pedagógicas que respeitem as singularidades dos alunos garantindo que suas potencialidades sejam exploradas e valorizadas.

Um dos pontos centrais da Declaração de Salamanca é o princípio da educação inclusiva, que propõe que as escolas devem acolher todos os alunos, sem discriminação, promovendo a participação e o aprendizado de cada um de acordo com suas necessidades específicas. Isso implica em adaptar o ambiente escolar, os currículos e as práticas pedagógicas para atender à diversidade de alunos presentes em cada sala de aula. Acerca desse princípio da referida Declaração, é enfatizado ainda que uma educação inclusiva é o modo mais eficaz para construção de solidariedade entre crianças com necessidades educacionais especiais e seus colegas, ou seja, ao frequentar o mesmo espaço de aprendizagem, crianças com ou sem deficiência têm a oportunidade de interagir, trocar experiências e construir laços baseados na aceitação mútua. Essa convivência contribui para a formação de

cidadãos mais conscientes de que as diferenças não devem ser barreiras, mas sim pontes para a empatia e o respeito aos outros.

1.1 Os desafios para o/a aluno/a com TEA e a educação inclusiva no Brasil

No Brasil, a implementação da educação inclusiva ainda enfrenta diversos desafios que dificultam o acesso e a permanência de todos os alunos em um ambiente educacional inclusivo e de qualidade. Alguns dos principais desafios são: Formação de Professores, muitos educadores não recebem formação adequada para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência, transtornos de desenvolvimento ou outras condições que demandam suporte especializado; Infraestrutura, a falta de estrutura física adequada nas escolas, com rampas de acesso, banheiros adaptados e recursos tecnológicos, pode dificultar a participação plena de alunos com deficiência; recursos e materiais didáticos, a escassez de recursos pedagógicos e materiais didáticos adaptados para atender às diferentes necessidades dos alunos é um obstáculo para a efetivação da educação inclusiva; preconceito e estigma, ainda persistem atitudes preconceituosas e estigmatizantes em relação às pessoas com deficiência, o que pode dificultar sua integração e participação no ambiente escolar; falta de Políticas Públicas efetivas, a implementação de políticas públicas consistentes e eficazes para promover a educação inclusiva em todas as esferas do sistema educacional ainda é também um desafio no Brasil.

Superar esses desafios requer um esforço conjunto de governos, instituições educacionais, profissionais da educação, famílias e sociedade em geral. É fundamental promover a sensibilização, a formação continuada dos professores, a adequação da infraestrutura escolar, o desenvolvimento de recursos pedagógicos acessíveis e o combate ao preconceito, visando garantir o direito à educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas diferenças.

Lima (2013), sobre a inclusão de alunos com o Transtorno do Espectro Autista, aborda sobre a dificuldade enfrentada pelos mesmos no ambiente escolar:

Tratando-se de inclusão escolar de alunos que pertencem ao público da educação especial, podemos salientar que, aqueles com Transtornos do Espectro Autismo pelas características referenciadas, são os que mais encontram dificuldade de incluir-se na escola comum diante da falta de estruturas físicas e institucionais, e de profissionais da educação

especializado que saiba conduzir o processo de ensinar e da aprendizagem desse aluno, bem como de recursos de acesso ao currículo formal para esses educandos. (Lima, 2013, p. 61).

A autora não deixa de abordar sobre como é importante a atuação assertiva de um profissional qualificado e dedicado a fazer a diferença no trabalho a ser realizado na implantação da realidade da educação inclusiva. Ela enfatiza a complexidade da inclusão de alunos com TEA e aponta a necessidade de investimento em alguns aspectos como infraestrutura e formação de professores, pois uma instituição precisa de profissionais devidamente capacitados para lidar com as especificidades do TEA e conduzir o processo de ensino-aprendizagem adaptado o que é um fator crucial para que esses alunos desenvolvam suas habilidades no ambiente educacional, pois a simples inserção física na escola comum não garante a inclusão.

As crianças em processo de escolarização têm muita confiança no educador que se predispõe a ensiná-los as habilidades que serão necessárias para sua aprendizagem e desenvolvimento, assim como aquisição de autonomias quanto às questões sociais. As crianças com TEA, também necessitam desse amparo e o professor, comprometido com sua atividade docente, buscará condições para que seja efetivada a credibilidade nele depositada. (Lima, 2003, p. 6).

Há um caminho a ser percorrido, algumas conquistas foram alcançadas, mas há muito a se conquistar. A garantia de direito ao acesso à educação de qualidade que atenda às necessidades de todos e a permanência do aluno em sala de aula é uma luta constante e cada educador deve dar a esse assunto a importância e atenção merecida

1.2 O/a aluno/a com TEA e a inclusão no Brasil: legislação, diretrizes e referenciais

No Brasil, a inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional é respaldada por diversas leis e normativas que garantem o direito à educação de qualidade para todos. Alguns dos principais aspectos legais relacionados à inclusão no país são: Constituição Federal de 1988, a Lei maior do país, assegura o direito à educação como um direito fundamental e estabelece a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sem discriminação de qualquer natureza; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996, a qual

estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e prevê a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação; o Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e a acessibilidade no contexto escolar, garantindo os recursos necessários para a inclusão de alunos com deficiência; Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que estabelece os direitos das pessoas com deficiência em diversos aspectos da vida social, incluindo o direito à educação inclusiva e acessível; há ainda a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC) que tem como objetivo orientar as ações governamentais na implementação da educação inclusiva em todos os níveis e modalidades de ensino.

Essas normativas legais visam garantir que a educação inclusiva seja efetivamente implementada no Brasil, promovendo o acesso, a permanência e o sucesso escolar de todos os alunos, independentemente de suas diferenças. O cumprimento dessas leis é fundamental para assegurar o direito à educação de qualidade para todas as pessoas, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva.

A Educação inclusiva no Brasil é formalizada desde 2008 por meio da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva Inclusiva, permitindo que muitos alunos que possuem algum tipo de deficiência tenham acesso ao ensino na escola regular. A Constituição Federal de 1988 em seu art. 205 traz que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, Art. 205).

No âmbito legal, há também as leis que contribuem para que esse processo de acesso seja validado mais especificamente para a pessoa com autismo, a exemplo da Lei Berenice Piana LEI Nº 12.764 de 27 de Dezembro de 2012, define no Art. 7º, que “O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusa a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos.” e a LEI Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 que garante inclusão no sistema educacional em todos os níveis e aprendizado ao longo da vida e oferta de profissionais de apoio escolar.

Além da legislação com as garantias, há as diretrizes que orientam a inclusão, cada nível ou modalidade escolar deve ser trabalhada na perspectiva inclusiva. No que diz respeito à alfabetização, em relação às referenciais, há a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é um documento de caráter normativo que define as aprendizagens essenciais que os alunos devem desenvolver na Educação Básica, trata o processo de alfabetização que acontece nos primeiros anos do ensino fundamental como prioridade, enfatizando que:

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. (BNCC, 2018, p. 59)

Observa-se que é de muita importância essa etapa da vida escolar, especialmente como processo de aprendizado da leitura e da escrita, para que essa formação seja consolidada na criança, preferencialmente até o 2º ano do Ensino Fundamental, pois essa abordagem busca garantir que a alfabetização seja um direito de todas as crianças, promovendo o acesso à cultura da escrita. O documento reconhece ainda que cada criança tem seu próprio ritmo e trajetória de aprendizagem, o que deve ser levado em consideração nas práticas pedagógicas.

O Referencial Curricular Nacional para a educação infantil (RCNEI) em seu volume 1, orienta a alfabetização das crianças a partir de uma abordagem construtiva:

Para aprender a ler e a escrever, a criança precisa construir um conhecimento de natureza conceitual: precisa compreender não só o que a escrita representa, mas também de que forma ela representa graficamente a linguagem. Isso significa que a alfabetização não é o desenvolvimento de capacidades relacionadas à percepção, memorização e treino de um conjunto de habilidades sensório-motoras. É, antes, um processo no qual as crianças precisam resolver problemas de natureza lógica até chegarem a compreender de que forma a escrita alfabética em português representa a linguagem, e assim poderem escrever e ler por si mesmas (RCNEI, 1998, p.122).

Essa visão construtivista sobre o processo de alfabetização se centra na ideia de que aprender a leitura e a escrita é um processo cognitivo e conceitual, e não apenas mecânico, destacando a necessidade de a criança compreender os princípios da escrita alfabética e como ela representa graficamente a linguagem, e não somente memorizar letras, sílabas e palavras, isso é crucial para formar leitores

e escritores autônomos que compreendem o sistema alfabético e possuam a capacidade de aplicá-lo a diferentes contextos.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O estudo será realizado em uma escola da Rede Pública Municipal de ensino, situada na zona sudeste do município de Teresina-PI. Considerando o aprofundamento será realizada uma pesquisa do tipo descritiva, pois, segundo Gil (2002, p.42) as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis'', o que justifica a escolha desse procedimento.

No que se refere à relação com os participantes, com a instituição pesquisada e com a realidade investigada será realizada uma pesquisa de campo (Bogdan e Biklen, 1994), um tipo de pesquisa que possibilita construir relações e penetrar de forma aprofundada no real. Em função do tratamento ou análises dos dados recolhidos ou produzidos no campo o estudo terá uma abordagem qualitativa. A abordagem qualitativa considerada neste trabalho, segundo Richardson (2012; p. 90), pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados.

2.1 Instrumentos, técnicas e participantes da pesquisa

É importante ressaltar que a escolha da pesquisa de campo neste trabalho diz respeito aos procedimentos técnicos que se pretende realizar, é a forma como será construído a relação com o campo, uma relação que também apresenta desafios, como as dificuldades em controlar variáveis e a possibilidade de alteração dos resultados. Por isso, é importante utilizar técnicas adequadas de coletas de dados, além de planejar a pesquisa de campo cuidadosamente e minuciosamente.

Quanto aos instrumentos e técnicas utilizados na realização da pesquisa, se dará por meio de entrevistas e questionários. O tipo de entrevista utilizada será a entrevista guiada, com roteiro previamente elaborado, que, segundo Richardson (2012, p. 212), é utilizada particularmente para descobrir que aspectos de determinada experiência produzem mudanças nas pessoas expostas a ela. As perguntas dependem do entrevistador, e o entrevistado tem a liberdade de expressar-se como ele quiser, guiado pelo entrevistador.

O questionário utilizado neste trabalho é o questionário com roteiro de perguntas abertas, fechadas que na concepção de Richardson (2012, p. 193), frequentemente, os pesquisadores elaboram os questionários com ambos os tipos de perguntas. As perguntas fechadas, destinadas a obter informação sociodemográfica do entrevistado (sexo, escolaridade, idade etc.) e respostas de identificação de opiniões. As perguntas abertas, destinadas a aprofundar as opiniões do entrevistador.

Ainda de acordo com Richardson, a entrevista é “uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas. É um modo de comunicação no qual determinada informação é transmitida de uma pessoa A a uma pessoa B” (p. 207).

A população alvo da pesquisa (participantes) será professoras/es, equipe gestora composta pelo diretor e coordenador da escola. Os critérios de escolha dos/as professores/as foram estar trabalhando nas séries de Alfabetização e terem alunos com transtorno do espectro autista. Terá a participação de duas (2) professoras que trabalham com crianças no Ensino Fundamental - séries iniciais. Foi solicitada e concedida a autorização da instituição coparticipante e a adesão dos participantes.

O critério de inclusão da instituição se deu por razões da escola contemplar o nível de ensino fundamental onde acontece o processo de alfabetização, professores/as alfabetizadores, alunos com diagnóstico do transtorno do espectro autista – TEA. Além disso, pelo fato da localização geográfica da escola estar nas proximidades da universidade local de estudo da aluna pesquisadora, também por já ter havido uma experiência prática anterior da aluna pesquisadora no espaço escolar havendo assim um contato e ambientação com a escola e percebido, mesmo que de forma breve, a forma de organização das atividades escolares.

Quadro - Perfil dos participantes da pesquisa

Participantes da pesquisa	Formação acadêmica	Tempo de docência	Tempo de atuação na instituição	Titulação máxima	Idade em anos
Professora A	Licenciatura em Pedagogia	11 anos	11 anos	Não informada	40-50 anos
Professora B	Licenciatura	11 anos	6 anos	Mestre em	30-40

	em Pedagogia			educação	anos
Coordenadora	Licenciatura em pedagogia	18 anos	Não informado	Esp. gestão Educacional	40-50 anos
Diretor	Licenciatura em Geografia	16 anos	16 anos	Mestrado	40-50 anos

Fonte: Dados da pesquisa

O perfil profissional das professoras e da coordenadora são semelhantes, possuem formação superior em Pedagogia, um bom tempo de atuação profissional na escola, o que contribui de maneira positiva para a alfabetização dos alunos nas séries iniciais do ensino fundamental.

Por outro lado, revela um ponto preocupante, a inexistência de uma formação complementar que contribua para a alfabetização e inclusão de estudantes com autismo, uma vez que uma especialização sobre o transtorno é fundamental para saber sobre como fomentar essa inclusão através de práticas de ensino e auxiliar na compreensão do autismo e da educação inclusiva.

2.2 Descrição do campo de pesquisa

No campo de pesquisa foi escolhida uma escola pública da região da zona sudeste de Teresina com perfil adequado para a realização do estudo e também considerando sua disponibilidade e autorização para realização do mesmo.

A escola campo escolhida para a realização da pesquisa pertence à rede Municipal de Ensino, oferece as modalidades de Ensino Fundamental Regular - 1º ao 9º ano e Educação de Jovens e Adultos - 1ª a 8ª série.

A estrutura da escola quanto aos aspectos físicos-estruturais, possui 12 salas de aula, quadra coberta, sala de leitura, sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), secretaria, diretoria, sala de coordenação pedagógica, sala de professores, salas de arquivos, depósitos, banheiros para alunos, sendo um adaptado para pessoas com deficiência, banheiros para professores e funcionários, cozinha, refeitório improvisado, sala para atividades complementares e possui projetos que contemplam a inclusão.

As participantes da pesquisa foram duas (02) professoras/es, o/a Diretor/a e um/a coordenador/a da instituição pesquisada, totalizando cinco (04) participantes.

2.3 Aspectos éticos da pesquisa

Foi solicitada e concedida a autorização da instituição e a adesão dos participantes, será garantido o cumprimento dos critérios e princípios éticos da pesquisa (Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde do Brasil). Será apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), estabelecido pela resolução CNS nº 510/16, aos sujeitos participantes da pesquisa como forma autêntica de pedir participação, explicar metodologia, os direitos, os riscos, benefícios e ter autorização para a realização da pesquisa conforme explicado de forma sucinta no corpo do termo.

Mediante o exposto, será garantido o cumprimento dos critérios e princípios éticos da pesquisa (Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde do Brasil). Será apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos participantes do estudo, estabelecido pela resolução CNS nº 510/16, como forma autêntica de pedir participação, apresentar os objetivos, explicar detalhadamente a metodologia, apresentar os direitos, os riscos, benefícios, a garantia de sanar os possíveis danos causados aos participantes e ser autorizado para a realização da pesquisa conforme explicado de forma sucinta no corpo do termo.

Os Benefícios pós-pesquisa ou o retorno para a Escola e docentes dar-se-á através da apresentação dos resultados da pesquisa e de palestras sobre a alfabetização de crianças com TEA.

2.4 Metodologia de análise dos dados

A metodologia de análise dos dados, especialmente o tratamento dos dados coletados ou produzidos no campo de pesquisa, será desenvolvida tendo como base a abordagem qualitativa. Essa abordagem se caracteriza por descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo [...] (Richardson, 2012, p. 80).

Mediante o exposto, após a recolha ou produção dos dados no campo de pesquisa, será adotada uma metodologia de análise com base em Abreu (2015); Bogdan e Biklen (1994) e Gil (2002). Os passos da análise de dados devem ser feitos de acordo com as orientações de Abreu (2015) para quem os dados, uma vez recolhidos ou produzidos no campo, devem ser inicialmente transcritos fielmente às falas e às gravações feitas ou às notas de campo, seguindo-se da criação de um arquivo com as perguntas e as respostas obtidas quando do uso de questionários e entrevistas ou categorizados de acordo com os aspectos dos roteiros de outras técnicas, quaisquer que sejam os instrumentos.

Neste trabalho, especificamente, optou-se pelo instrumento roteiro de entrevistas e roteiro do questionário misto que, uma vez aplicados, a partir dos quais será feito um agrupamento de questões com perguntas afins para cada seção de texto do capítulo das análises de dados (dados das entrevistas) e do capítulo metodológico (dados dos questionários).

Para realização da análise dos dados proposta, mediante o exposto, será contemplada as recomendações de Gil (2002) e Bogdan e Biklen (1994) para quem a análise deve ser feita na forma de uma sequência de atividades que envolva a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório. Dando continuidade, com base em Abreu (2015), será feito um agrupamento de perguntas e respostas ou de aspectos / temas selecionados, separando grupos de perguntas e respostas ou aspectos / temas por campo ou unidades do conteúdo, aspectos relacionados entre si os quais serão analisados por seções de texto.

A partir dessa organização em que se divide o conteúdo por grupos de perguntas ou aspectos / temas, será adotado um passo a passo analisando aspectos convergentes, divergentes e complementares entre si adotando os seguintes passos: 1) apresentação por escrito da interpretação das respostas da primeira pergunta ou aspecto do primeiro grupo de perguntas selecionadas para a seção; 2) apresentação de partes dos depoimentos ou notas de campo, como comprovação da interpretação; 3) apresentação de um autor que dê sustentação ou dialogue com o aspecto analisado; 4) posicionamento crítico da pesquisadora; 5) busca de aspectos diferenciadores, termos, categorias diferentes apresentados pelas participantes ou identificados nas notas, ou seja, elementos inovadores ainda

não contemplados na análise, como forma de esgotamento da significação dos dados e efetivação da abordagem qualitativa.

Concluída a análise da primeira questão ou primeiro aspecto / tema analisado, dar-se-á prosseguimento à análise da segunda questão ou aspecto, desenvolvendo os mesmos passos até concluir todas as questões da primeira seção de texto e passar para a segunda seção de texto.

3 AS CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE PROFESSORES/AS PEDAGOGOS/AS E DA GESTÃO NA ALFABETIZAÇÃO E INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA

Este capítulo tem como objetivo apresentar e analisar os dados coletados durante a pesquisa sobre a alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A alfabetização é um processo complexo que requer abordagens pedagógicas adaptadas às necessidades específicas de cada aluno, especialmente no caso das crianças que se encontram dentro do espectro autista. Os dados foram obtidos por meio de encontros regulares para a realização de entrevistas e aplicação de questionários, e visam compreender não apenas o nível de alfabetização alcançado por essas crianças, mas também as estratégias utilizadas pelos educadores e as percepções dos pais sobre o processo numa perspectiva de educação inclusiva.

A análise dos dados permitiu identificar padrões e tendências que evidenciam as dificuldades e os avanços das crianças com TEA na aquisição da leitura e da escrita no processo de alfabetização, buscando oferecer uma visão abrangente e crítica acerca das práticas pedagógicas adotadas. Por meio desta análise, espera-se contribuir para um entendimento mais profundo das necessidades educacionais dessas crianças, em relação à prática pedagógica das professoras pedagogas na alfabetização, e promover reflexões que possam embasar futuras intervenções pedagógicas eficazes. Para tanto, elaborou-se um texto dividido em três seções, as quais estão apresentadas a seguir com os aspectos abordados em cada uma delas.

A primeira seção intitulada “Aluno com TEA, alfabetização e educação inclusiva: conceitos, caracterizações e práticas das pessoas entrevistadas”, aborda os seguintes aspectos: os conceitos do Transtorno do Espectro Autista, a educação sob uma perspectiva inclusiva e ainda sobre como se dá o processo de inserção do aluno com TEA na escola regular e a alfabetização dele e ainda acerca do suporte da sala de Atendimento Educacional Especializado para o atendimento aos alunos atípicos.

A segunda seção intitulada “Os desafios, o papel da família e da escola na alfabetização e inclusão do aluno com TEA”, discute aspectos tais como: os desafios e as possibilidades na inclusão do aluno com TEA, as metodologias de ensino utilizadas para incluir as crianças com TEA nas atividades em sala de aula, o papel

da gestão escolar no processo de alfabetização e uma abordagem acerca do confronto das diretrizes que orientam a alfabetização no processo de desenvolvimento da leitura e da escrita dos alunos com TEA e como a relação família e escola pode contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem e inclusão desse público.

A terceira seção intitulada "A formação continuada, a importância da Professora Pedagoga e a abordagem do PPP na alfabetização e inclusão do aluno com TEA na escola", analisa os aspectos: a formação continuada oferecida aos professores pedagogos/as com orientações para a educação inclusiva, a importância que as contribuições do/a pedagogo/a possuem para esse processo de ler e escrever, e uma análise das práticas pedagógicas das professoras pedagogas em sala de aula e da gestão escolar numa abordagem inclusiva com análise dos princípios do PPP da instituição sobre a inclusão dos alunos com TEA.

3.1 Aluno com TEA, alfabetização e educação inclusiva: conceitos, caracterizações e práticas das pessoas entrevistadas

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar é um tema de crescente importância no campo da educação e a prática pedagógica desempenha um papel fundamental nesse processo, pois as estratégias e abordagens utilizadas pelos educadores podem facilitar ou dificultar a participação e o aprendizado desses alunos.

Para trabalhar o processo de alfabetização de alunos com TEA, especialmente a aprendizagem da leitura e da escrita, é necessário conhecer o que significa o transtorno, as características, a condição do aluno, na visão das pessoas entrevistadas na pesquisa, no sentido de analisar o conhecimento sobre a realidade com a qual trabalham, como planejam e criam estratégias para a diversidade de necessidades de aprendizagens. Considerando isso, iniciou-se o trabalho indagando as participantes sobre esse aspecto.

Em relação aos conceitos de transtorno do espectro autista, as professoras em suas respostas enfatizaram conceitos que tratam sobre comportamentos que dificultam o processo de aprendizagem dos alunos. As respostas são, em certo sentido, complementares e condizem com a realidade do que as mesmas observam em sala de aula sobre seus alunos autistas. Analisando os depoimentos das

professoras A e B observa-se que não há um conhecimento mais aprofundado sobre o transtorno, isso é evidenciado principalmente pela professora A. A professora B faz uma caracterização do Transtorno do Espectro Autista em relação aos graus e dificuldades de aprendizagem, mas não é o suficiente para desenvolver estratégias de aprendizagem para um público com a diversidade de condições como o autismo.

Professora A: Não entendo muito, mas eu entendo que é uma criança que tem muita dificuldade. Existem vários graus e tem uns que é bem severo que o aluno não consegue nem se concentrar pra fazer nenhuma atividade e tem os graus mais leves que o aluno consegue já sentar, se concentrar pra fazer a atividade, vai depender do grau que vai fazer com que o aluno se desenvolver melhor ou não.

Professora B: é um transtorno que vai mexer com o neurodesenvolvimento da criança, a parte motora, física, cognitiva da criança. A gente vai perceber algumas crianças com um cognitivo mais acelerado, elevado, e outros um pouco retardado, que tem uma situação de aprendizagem, quando a gente vai olhar para esse lado da aprendizagem da criança, que ela tem dificuldade. E já outras a gente percebe uma facilidade. Vai depender do grau que essa criança tem, porque a gente vai ter graus e níveis de desenvolvimento dessa criança.

Embora haja professoras que, em suas respectivas respostas, façam uma caracterização do Transtorno do Espectro Autista em relação aos graus e dificuldades de aprendizagem que os seus alunos apresentam na realização das atividades e interação com os demais alunos típicos, citando inclusive alguns alunos com dificuldade em concentração para realizar as atividades, outros com o cognitivo mais acelerado, caracterizações de comportamentos diferenciados fazendo entender-se que a diferenciação de níveis implicam diretamente na aprendizagem deles, não há um relato que transmita um conhecimento sobre o transtorno que possibilite compreender como o público aprende, como cada aluno possa se desenvolver através da escola. Nesta mesma perspectiva apresenta-se o depoimento da Coordenadora Pedagógica.

Coordenadora pedagógica: Eu já fiz algumas leituras, consigo identificar alguns comportamentos que alguém que tenha autismo, e nós temos vários alunos aqui que são autistas, e são graus diferentes. E, assim, essa coisa do comportamento estereotipado, o comportamento de entender as coisas literalmente, você observa no autista, mas, assim, nós temos autistas aqui que eu diria num grau mais leve, que se destaca do ponto de vista da socialização, do envolvimento no esporte, da própria aprendizagem relacionada às habilidades.

A respeito do que a coordenadora aborda sobre “comportamento estereotipado” e nesse contexto do comportamento específico do público autista,

"comportamento estereotipado" ou "estereótipos" fazem referência a padrões repetitivos e aparentemente sem propósito de ações, movimentos ou sons. Amaral (2014), afirma que

Um dos padrões de comportamento repetitivos observados no TEA são denominados de estereotipias, que são quaisquer comportamentos repetitivos que, aparentemente, não tem função social, sendo consideradas uma repetição de movimentos ou persistência de ações ao longo do tempo.

Apresenta-se aqui os principais comportamentos dos autistas, os quais podem incluir: Movimentos repetitivos: balançar o corpo, bater as mãos, girar objetos, etc. Maneirismos: gestos repetitivos com as mãos ou com o corpo. Vocalizações repetitivas: repetição de palavras ou frases, sons guturais, etc. Alinhamento de objetos: necessidade de organizar objetos de forma específica. Aderência a rotinas: insistência em manter rotinas e se mostrar muito ansioso diante de mudanças. Vale destacar que esses comportamentos são uma forma de autorregulação de lidar com a sobrecarga sensorial ou de encontrar conforto e previsibilidade em um mundo frequentemente percebido como caótico. A gravidade e a frequência desses comportamentos variam muito de pessoa para pessoa. Não se deve rotular ou estereotipar indivíduos autistas baseando-se nesses comportamentos, pois cada pessoa é única e apresenta suas próprias características.

Analisando as respostas obtidas sobre o conceito do autismo, é percebido de certa forma uma compreensão generalizada mas que não abrange crianças que apresentam algumas limitações nas interações sociais e comportamentais em relação ao ambiente escolar, o que vai de encontro ao conceito comportamental dos sujeitos que estão dentro do espectro. Para Lima (2013),

“o autismo, que se caracteriza como um espectro tem suas especificidades que variam nas suas diferentes maneiras e grau de intensidade de ser, na qual podemos compreender que não é possível comparar um autismo com outro, pois cada um tem comportamentos que divergem entre si.”

A autora ainda aborda que os comportamentos variam entre os indivíduos e que um diagnóstico precoce pode contribuir de forma significativa para o aprender e o desenvolver dessas crianças. Mediante o exposto, especialmente a explicação de Lima (2013), para conhecer o Transtorno do Espectro Autista em cada criança e ainda pensar, planejar e colocar em prática o trabalho com a alfabetização, é

necessário pesquisar, estudar cotidianamente o espectro, conhecer bem o público e a realidade de cada aluno/a nessa condição.

Prosseguindo com o trabalho de campo, quando perguntado sobre o conhecimento acerca do transtorno do espectro autista, o diretor da escola faz uma complementação ao que já foi relatado pelas professoras anteriormente, enfatizando o seguinte:

Diretor: Muito pouco, porque embora a gente tenha lidado ultimamente bastante com essa demanda, com alunos com TEA, com diferentes graus, mas é algo que exige muito da gente. A gente tem lidado há algum tempo, tem buscado estudar um pouco, mas é uma demanda muito complexa. Por isso que eu digo que eu sei pouco, porque realmente as demandas são complexas e a gente se sente não dando conta do recado nesse sentido.

A resposta do Diretor da Escola indica uma compreensão limitada, apesar de esforços recentes, sobre as necessidades de alunos com TEA. Ele reconhece que a demanda é alta e complexa, com alunos apresentando diferentes graus de necessidade. Apesar de a instituição ter lidado com a situação por algum tempo e ter buscado informações adicionais, o diretor expressa uma sensação de insuficiência e de não conseguir atender plenamente às necessidades desses alunos. A falta de conhecimento mais direcionado por parte da equipe gestora sugere uma necessidade de maior treinamento e recursos para lidar efetivamente com as necessidades dos alunos com TEA. A frase "a gente se sente não dando conta do recado" demonstra a urgência da situação e a necessidade de melhorias significativas no trabalho com a alfabetização e inclusão na escola pesquisada.

O conhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista trouxe a necessidade de saber sobre o conhecimento, o significado de educação inclusiva. Com relação à concepção de educação inclusiva, apresentamos o entendimento que as professoras possuem sobre a inclusão, apresentadas a seguir:

Professora A: Inclusão é você estar com um aluno em sala de aula e tornar tudo acessível. Mesmo que seja o mesmo conteúdo, mas acessível para esse aluno. se eu estou ensinando por exemplo, palavras com ``L`` por exemplo, aquele aluno, dá um exemplo mais fácil, produção de texto que eu faço muito na minha sala pra essa questão de inclusão. Tem muitos alunos que têm muitas dificuldades na sala, aí os que já sabem escrever direitinho, eu faço produção de texto, aí aqueles que não sabem, claro que vou incluir o que já consegue fazer frase, vai fazer frase com a imagem da produção de texto e os que não consegue fazer frase vão para a palavra. Aí vou fazendo isso. Pra mim, isso é inclusão, tornar acessível o mesmo conteúdo, mas de maneiras diferentes.

Há, no depoimento da Professora A, uma demonstração de atenção e compromisso para que o processo de inclusão possa ocorrer, pois, além do envolvimento com o trabalho, percebe-se um cuidado para diversificar as atividades com o objetivo de atingir a todas as crianças em suas especificidades e peculiaridades, suas necessidades de aprendizagem, embora o discurso não possa ser necessariamente concretizado em prática curricular ou aprendizagem e desenvolvimento do aluno/a.

Professora B: Hoje, a inclusão é algo que está também, assim como a gente vê a demanda crescente, a gente vê que as instituições estão abrindo as portas para esse processo inclusivo, mas em termos de acesso da criança, mas em termos de oferecer os recursos necessários para que, de fato, uma verdadeira e efetiva inclusão ainda está um pouco longe de acontecer. Que a inclusão não é só o acesso, mas é fazer com que a criança permaneça, a criança que tem esse transtorno, ela permaneça em sala, mas que ela seja assistida da melhor forma possível, com os recursos necessários para que, de fato, o desenvolvimento dela seja condizente com aquilo que ela precisa e necessita naquele momento. E hoje a gente vê esse processo de inclusão só a questão do acesso, da entrada das crianças e permanência em sala de aula, mas não com qualidade. Então, esse processo inclusivo precisa ser repensado em muitos casos.

A Professora B também mostra conhecimento da realidade escolar dos alunos, vai além, mostra conhecimento, consciência da inclusão escolar e social em geral, faz crítica ao trabalho com a inclusão no sistema como um todo.

Os posicionamentos das professoras A e B apresentam, compartilham em alguns aspectos, divergem em outros e se complementam em outros significados. Pode-se destacar algumas posições: A professora A define inclusão como tornar o mesmo conteúdo acessível a todos os alunos, adaptando as metodologias e atividades às necessidades individuais, ela exemplifica com a produção de texto, oferecendo diferentes níveis de complexidade para atender alunos com diferentes habilidades, a resposta é bastante prática e focada na adaptação do processo de ensino.

A professora B traz uma reflexão crítica sobre a inclusão escolar, contrastando a perspectiva idealizada com a realidade vivenciada, argumenta que, embora as instituições estejam ativamente abrindo espaço para crianças com necessidades especiais (acesso), a verdadeira inclusão vai além da mera entrada em sala de aula ressaltando a falta de recursos e de suporte adequados para garantir o desenvolvimento pleno dessas crianças entendendo que a inclusão não se limita à presença física, mas exige a provisão de recursos e assistência

individualizada que permitam a criança acompanhar o processo de aprendizagem de forma condizente com suas necessidades. A simples permanência em sala de aula, sem a qualidade de ensino e suporte necessário, não configura inclusão efetiva.

Quando perguntados sobre o que entendiam sobre a educação inclusiva, a coordenadora e o diretor da instituição, apresentaram os seguintes pontos de vista, os quais apresentam concordância entre si em alguns pontos:

Coordenadora: Assim, a educação inclusiva já houve avanços em relação à educação inclusiva, mas eu sinto necessidade de uma formação inicial voltada para a educação inclusiva e sinto necessidade de formação dentro da secretaria voltada para os professores, para os coordenadores, porque é um desafio muito grande que a escola enfrenta, porque são alunos com realidades diversas e a gente, por vezes, fica perdido para atendê-los. A educação inclusiva, do ponto de socialização, ela funciona, mas do ponto de vista da aprendizagem dos conteúdos, falta muito para se fazer, não tem muito o que avançar.

Diretor: A educação inclusiva é aquela que busca abarcar todos os sujeitos, independente da sua condição, da sua demanda, dos seus aspectos particulares, de qualquer aspecto particular, seja ele de cunho social, gênero, de origem, ou de condição de alguma limitação, de alguma deficiência ou de algum transtorno.

A coordenadora apresenta uma visão crítica e realista sobre a educação inclusiva, reconhece os avanços, mas aponta a necessidade de mais formação, tanto inicial quanto continuada, para professores e coordenadores. A falta de formação é vista como um grande obstáculo para lidar com a diversidade de realidades dos alunos e destaca um ponto crucial: enquanto a socialização funciona relativamente bem no modelo inclusivo, a aprendizagem de conteúdos ainda apresenta muitas deficiências e precisa de muito mais investimento e desenvolvimento. A ênfase na formação contínua indica uma compreensão de que a inclusão requer um processo constante de adaptação e melhoria.

O Diretor traz uma concepção abrangente e adequada de educação inclusiva, e destaca a busca por abarcar todos os sujeitos. A definição é contundente e reflete o espírito da inclusão, que valoriza a diversidade e busca a participação plena de todos no processo educativo, reforçando a ideia de uma educação que se adapta às necessidades de cada um que busca atender a diversidade presente em sala de aula.

Almeida (2022, p. 15) afirma que a inclusão é o direito de ser igual, possuir as mesmas oportunidades, ter um estudo de qualidade, ser digno e acima de tudo ser respeitado como ser humano e acrescenta ainda que é dever da educação inclusiva, atender a todos os alunos, fazendo com que eles atinjam o máximo de seu potencial sendo capazes de terem um bom andamento do processo de ensino-aprendizagem.

Com relação à alfabetização na perspectiva inclusiva a escola regular está preparada para receber o aluno com TEA? A visão das professoras entrevistadas, ressalta que a alfabetização é um processo individualizado, reconhecendo que seu progresso não será necessariamente linear ou alinhado com o ritmo de seus colegas neurotípicos, acrescentando que apesar de algumas situações se caracterizar similar ao de outros alunos, porém adaptado às necessidades da criança fazendo uso de diferentes recursos e estratégias para garantir o sucesso da aprendizagem da criança que está sendo alfabetizada visto que se trata de uma sala de ensino regular.

Professora A: Alfabetizar um aluno com TEA, eu acredito que é um aluno que a gente, é alfabetizar no nível dele. Nunca vai ser no nível da série que ele está, é no nível dele. Aí pra mim é alfabetização para esse aluno.

As entrevistadas ainda destacam sobre a importância do contexto familiar e do apoio recebido em casa, que pode influenciar significativamente no desenvolvimento da alfabetização.

Professora B: A alfabetização é o mesmo processo que acontece para os outros alunos, só que de uma forma diferenciada. Vai ser feito de acordo com esse processo de alfabetização e também o letramento dele vai ser de acordo com a necessidade e com o desenvolvimento que ele tem, com o desenvolvimento cognitivo dele. A gente vai apresentar, a partir de alguns recursos, o contato com letras, com imagens, para a recepção dele, da melhor forma. E, a partir disso, ele ter esse contato com esse mundo das letras, das palavras. E esse processo de alfabetização vem acontecendo de acordo com a sua recepção, a recepção do aluno. Tem aqueles que são mais lentos, tem aqueles que são mais avançados. Alguns chegam na escola, esses mais avançados, chegam já praticamente alfabetizados, mas vindo da sua casa, já isso bem avançado. Por quê? Porque tem um acompanhamento de casa, tem acompanhamento de outros especialistas que ajudaram nesse processo. Em casa, eles são acompanhados de uma forma mais próxima e aí tem contato com alguns recursos que ajudam nesse processo de alfabetização. Na escola, só vem para reforçar aquilo. E não só em casa, mas em outros espaços. Alguns têm acesso a especialistas, que a gente vai chamar de... multiprofissionais, né, fonoaudiólogos, psicopedagogos, neuropediatra, então o desenvolvimento já começa a ser um, como é que eu posso dizer, um desenvolvimento mais com acompanhamento, né, que ajuda nesse avanço dele, né, no processo de alfabetização. E aí quando ele chega na sala de aula, a gente não sente tanta dificuldade, diferente daqueles

alunos que não têm acompanhamento, por não ter laudo, né, que a gente vai identificar como alguns que não têm laudo. E mesmo os que têm laudo, às vezes, pela dificuldade da família na aceitação dessa especificidade do filho, chega aqui com um nível mais atrasado e aí esse processo de alfabetização precisa ser iniciado pela escola e aí a gente vai precisar de alguns recursos. Algumas vezes a gente consegue de forma mais rápida, outras vezes de forma mais lenta, porque muitas vezes a gente não tem esse recurso na escola. Mas a gente vai fazendo com o que a gente tem, com os materiais didáticos, pedagógicos, que auxiliem nesse processo de alfabetização deles.

Em relação à escola regular está preparada para receber o aluno com TEA, os entrevistados apresentaram pontos de vistas muito semelhantes de acordo com a realidade vivida por elas, afirmando que apesar de avanços nesse processo de inclusão, ainda é necessário que muitas mudanças aconteçam, pois a escola regular não está preparada de forma integral para que a inclusão desses alunos seja feita. A falta de treinamento para os profissionais que atendem esses alunos, a escassez de materiais didáticos apropriados para o desenvolvimento da aprendizagem e a insuficiência de profissionais de apoio em sala, são alguns fatores que segundo as professoras, dificultam o ensino e aprendizagem desses alunos, até mesmo de forma individualizada.

Professora A: Não, ainda não. Eu acredito que a gente pode avançar mais, falta mais avanço, mais cuidadores, está faltando mais materiais, que a gente não tem tanto material para trabalhar com essa criança, estamos precisando avançar muito nessa área de inclusão.

Professora B: Olha, preparada, ainda precisa se preparar um pouquinho, mas tem todo uma cadeia que poderia a gente dizer que sim. tem profissionais na escola que faz esse acompanhamento, dão esse suporte para o professor em sala de aula, tem a secretaria de educação que dá essa formação extra para os professores com oficinas, minicursos, então tem todo uma estrutura que uma rede que ajuda. Só que em termos de recursos, materiais pedagógicos e também tempo pro professor dar essa assistência mais próxima, mais individualizada que termina dificultando, mas olhando assim no geral, eu acredito que sim, que a escola tem condições de oferecer, tem todo um suporte que auxilia, mas falta um pouco mais de recursos para o professor trabalhar com os alunos, falta papel, faltam jogos para a gente poder estar trabalhando esse cognitivo do aluno, para despertar ele, chamar a atenção, enfim, faltam alguns materiais que a escola ainda não tem.

O processo de inclusão requer ainda que a escola passe por mudanças em sua estrutura física, nas metodologias de ensino, na aplicação dos conteúdos ensinados, ou seja, a escola que deve buscar se adequar às necessidades de aprendizagem dos seus alunos em específico aos alunos atípicos que estão

incluídos os alunos com TEA, é necessário avanços significativos para que a escola esteja verdadeiramente preparada.

Em relação ao atendimento educacional especializado na escola, Os entrevistados descrevem o funcionamento como uma trabalho atuante e contínuo, e destacam a atuação da professora que coordena o AEE de forma ativa e abrangente, pois a mesma se ocupa no atendimento direto aos alunos na sala de recursos, atendimento em sala regular, orientação aos auxiliares de apoio e professores orientando os mesmos a um direcionamento estratégico para que os esforços sejam direcionados ao suporte necessário aos alunos para que o trabalho do AEE seja eficaz.

Coordenadora: Sim, sim, nós temos o atendimento Educacional Especializado, que é coordenado pela professora Karlyania, que é pedagoga, psicopedagoga e psicóloga. E ela está sempre ali com os alunos, têm um momento que ela faz com os alunos. Ela está acompanhando na sala regular, ela está acompanhando os auxiliares dos alunos, auxiliares de educação inclusiva, ela faz esse acompanhamento, ela faz esse direcionamento para que esse direcionamento chegue aos alunos. Então, assim, ela tem um trabalho bem ativo frente ao AEE.

Diretor: Sim. A gente tem a sala de AEE e, com a professora Karlyania que é pedagoga, psicopedagoga, psicóloga, tem uma formação vasta e é uma pessoa muito esforçada, muito mesmo e muito competente. O princípio da sala de AEE do ponto de vista da organização, do trabalho é que os alunos estudam no turno da manhã e são atendidos à tarde com atividades específicas, tem os agendamentos, tem o calendário de atendimento, tem aluno que precisa mais, tem aluno que precisa menos, mais tempo, menos tempo, tem alunos que ela acompanha na sala de aula mas que vai poucas vezes na sala do AEE, então depende muito do aluno, da demanda do que o aluno traz. Mas agora aqui, a gente tem uma especificidade porque mais de 90% dos nossos alunos são transportados, então isso gera uma complexidade grande no sentido do atendimento no contraturno então, a gente atende nesta escola, os alunos no próprio turno. O aluno estuda de manhã e é atendido na sala do AEE no turno da manhã, e isso é um arranjo que a gente faz por conta de uma necessidade e a secretaria conhece esse arranjo e não tem impedimento, é um arranjo a partir de uma necessidade, mas que de certa forma é interessante porque a professora consegue ver a inserção do aluno na turma, ela ver, dialoga com o professor em tempo real, vamos dizer assim, então é algo interessante nesse sentido de que ela tá ali, o aluno tá no AEE, tá na sala de aula, ela vai lá, volta aqui. É positivo nesse sentido, e lá, a professora trabalha com recursos específicos, com atividades específicas, as avaliações ela faz a adaptação necessária, enfim, ela faz todo o atendimento necessário. Sobre carregadíssima, ela, com tanta demanda mas ela faz o atendimento necessário.

Um ponto a ser observado que mostra o empenho da escola em fazer com que o atendimento de AEE, aos alunos seja de fato existente é que a escola adaptou o atendimento para ocorrer no mesmo horário do turno de aula para evitar a complexidade logística do contraturno, visto que muitos alunos se utilizam do

transporte escolar para chegarem à escola. Então, aqui se observa uma flexibilidade e adaptação às necessidades dos alunos e da realidade da escola.

Em um contexto educacional que busca valorizar a diversidade, é essencial que os professores estejam preparados para adaptar suas práticas às necessidades específicas de crianças com TEA. Uma inclusão de fato efetiva vai além da simples presença física do aluno na sala de aula; envolve a criação de um ambiente que promova o desenvolvimento social, emocional e acadêmico. Para isso, é necessário que os educadores adotem metodologias diferenciadas, que considerem as particularidades dos alunos com TEA, como dificuldades na comunicação, nas interações sociais e na compreensão das normas sociais.

3.2 Os desafios, o papel da família e da escola na alfabetização e inclusão do aluno com TEA

Sobre os desafios e possibilidades para incluir o aluno com TEA, as professoras relatam algumas dificuldades que fazem parte do processo de inclusão em alfabetizar esses alunos, desde a limitação na oferta de recursos pedagógicos, a quantidade insuficiente de profissionais de apoio para os professores em sala, uma realidade que necessita de mudanças. Como é possível alfabetizar, incluir alunas e alunos em condições diversas, com dificuldades diferenciadas, em salas lotadas e pouco pessoal docente e de apoio? Esta é a realidade da escola pesquisada neste estudo.

Professora A: Para mim os desafios são a questão mesmo de, na maioria das vezes é só um professor na sala pra atender os alunos ditos normais e os alunos com muita dificuldade. Isso é muita dificuldade que a gente tem. Temos na sala, às vezes vem um cuidador, outras vezes não tem e às vezes é mais de um aluno com dificuldade e o cuidador é só um, a professora é também só uma, é essa a dificuldade que nós temos na sala. Como eu falei, as dificuldades da alfabetização, trago atividades, sempre trago atividades diferenciadas, eu trabalho até, falo “grupo 1”, “grupo 2”, temos alunos com essas dificuldades que você falou e tem outros que não tem laudo, ainda tem esse porém... A maior dificuldade é essa, a questão da atividade, trago atividade diferenciada para facilitar o aprendizado desse aluno, mas às vezes tem aluno que ainda não consegue responder a mais fácil que a gente traz. Essa é a maior dificuldade, não dá pra ficar ao lado do aluno o dia todo pra ajudar, eu oriento, mas não dá pra ficar o tempo todo com esse aluno. A turma que eu estou, os alunos são 33 alunos, e às vezes quando vem um aluno com autismo bem severo, aí vem os outros cuidadores de outras turmas e ficam com esse menino, mas ele não consegue fazer uma atividade, esse com autismo.

Além de profissionais docentes com formação, com tempo para estudar, pensar o processo de alfabetização inclusiva, é necessário ter apoio a este trabalho, a exemplo dos cuidadores e cuidadoras, é necessário haver as condições básicas de trabalho, ter o material apropriado, ter uma prática pedagógica, pois não é com uma prática de ensino, mas sim com uma prática pedagógica porque assim há uma prática que atenda às necessidades de aprendizagem de cada tipo de dificuldade.

Professora B: Pois é, um dos desafios, como eu falei, é a questão de recursos, que as escolas muitas vezes não oferecem aos professores, à criança, algumas vezes o suporte da família, porque a gente precisa da parceria. Muitas famílias ainda têm receio de trazer a criança para fazer um processo de adaptação, tanto é que esse processo de adaptação da criança com TEA na escola, ele ainda é demorado. Eu estou com um aluno desde o início do ano letivo, ele vem para a escola, o processo de adaptação dele passou por algumas fases. E aí quando a gente teve aquele recesso das férias, quando a gente retorna, a gente tem uma dificuldade da mãe também retornar com esse aluno. E quando ele vem para a sala de aula, ele já vem com o esquecimento daquele ambiente e a forma de adaptação dele precisa ser reiniciada. Para ele poder conviver da melhor forma naquele espaço que para ele se torna diferente do que ele é habitual.

A professora B, relata sobre sua experiência em relação ao processo de adaptação de seus alunos no retorno das férias por exemplo, o que é algo dificultoso quando a criança tem de se adaptar a um novo cenário, visto que terá de se adaptar a uma nova rotina e a resistência a isso é inevitável. Em seu relato, a professora destaca ainda a importância da família em ajudar nesse processo estabelecendo uma rotina para que o que foi aprendido na escola não seja deixado de lado no ambiente familiar e a professora B também expõe sobre como entende que a relação família e escola contribua no desenvolvimento da aprendizagem dessas crianças:

Professora B: Pode contribuir muito e de forma bem valiosa. A gente tem aqui diferentes tipos de família, desde aquelas que ajudam mesmo dando suporte fora e dentro da escola e aquelas que não dão de jeito nenhum, o suporte. Tenho um aluno que não tem diagnóstico, mas a gente sabe que ele tem um problema, mas a gente não sabe que problema é esse, pode ser um transtorno do espectro autista, a gente tem chamado essa família pra perto do aluno, dentro da escola pra conversar, mas a família não se aproxima e nunca veio. Só matriculou o aluno e colocou aqui. Eu, enquanto professora, percebi algo diferente no aluno e pedi para chamar a mãe, mas a mãe nunca apareceu. Ela dá algumas justificativas, mas até hoje nunca apareceu. Ele veio de outra escola, conversei com a professora da turma de AEE, ela entrou em contato com a outra escola para saber sobre o histórico desse aluno e na outra escola também, a escola não tinha um atendimento diferenciado, porque a família nunca comunicou nada e ficou aquele aluno junto com os outros e o aluno não tá tendo um acompanhamento mais

direcionado por conta dessa falta da família para estar dando informações sobre aquele aluno para a gente trabalhar de uma forma mais direcionada. Mas tem aquelas mães que se preocupam, que tem um trabalho com a gente aqui na escola, mas que também auxiliam fora da escola, uma preocupação constante. Tem famílias que mandam agenda pra gente está comunicando sobre o comportamento do filho naquele dia, daqueles alunos que são mais agressivos e resistentes, que é o caso do Luís ele é bem resistente. A professora da turma de AEE nos orientou para que a gente comunicasse o comportamento do aluno diariamente através dessa agenda e assim é feito. A família tem essa informação de como o aluno se comportou em sala de aula para poder dar esse apoio, esse suporte em casa com conversa, com orientação mais próxima ao aluno.

Para que o processo de ensino e aprendizagem seja feito de forma mais facilitada é preciso que alguns aspectos estejam em concordância e a relação entre a família e a escola é fundamental para o aprendizado de um aluno com TEA. Essa parceria pode influenciar significativamente o desenvolvimento e êxito educacional do aluno atípico. Uma comunicação aberta entre os pais e educadores não somente enriquece o aprendizado, mas também promove um ambiente mais inclusivo tanto na escola quanto em casa.

Professora A: Ajuda bastante, na minha sala mesmo tem aluno com essa dificuldade e a mãe vem e fica a tarde toda, ajuda muito, porque o aluno sabe que sua mãe está ali, fica mais tranquilo, não fica nervoso, agitado, é, ajuda bastante, o aluno sabendo que sua mãe está por perto ali. Em outras turmas eu vejo também, no 2º ano, a mãe está ali sentada na calçada, é muito bom o acompanhamento da família, ajuda bastante.

Observa-se, com a realidade da escola pesquisada, através principalmente dos depoimentos das professoras e da equipe gestora, que para a alfabetização e inclusão de um aluno com TEA ocorrer de fato, é necessária uma estrutura tal que a escola está, em muitas experiências das redes públicas, muito distante de ter. Isto porque, não tem como uma criança, a exemplo do que apresenta a Professora A, obter sucesso na sua alfabetização, na sua permanência, aprendizagem e desenvolvimento na escola, sem que a família esteja presente, dando apoio diário, auxiliando na escola.

No entanto, percebe-se que, além de em muitas situações não haver essa consciência, não há também as condições básicas para essa conscientização, as condições para a educação conscientizadora das famílias e para a prática educativa docente. A respeito disso, Papim (2020, p. 34) afirma:

Os atores familiares são de grande importância para o desenvolvimento social e cognitivo, porque a criança com TEA é dotada de uma capacidade de perceber o mundo social e psicológico de forma específica, e o núcleo familiar pode, juntamente com o apoio de equipe multidisciplinar, estimular o

desenvolvimento e a aprendizagem de maneira conveniente, tanto em casa quanto na escola.

Dessa forma, percebemos que a parceria entre escola e família é essencial pois cria um ambiente acolhedor e fomenta oportunidades para o aluno desenvolver habilidades sociais. A troca de informações irá ajudar os educadores a modificar seus métodos de ensino e a família poderá reforçar essa aprendizagem em casa.

Sobre o entendimento de qual o papel da gestão nesse processo de inclusão de alunos com TEA, a equipe gestora pontua dois pontos a serem observados, a inclusão e a integração que se diferenciam e têm objetivos diferentes, o Diretor enfatiza:

Diretor: Primeiro, são duas coisas que se misturam. Porque se a gente inclui, a gente tá favorecendo o desenvolvimento. Porque incluir não é só inserir. Então, eu não posso só matricular o aluno e botar na turma lá do primeiro ano, segundo ano e está ok. Não, incluir vai para além disso. A gente precisa promover a inserção, a integração e chegar até a inclusão. E isso passa por a gente fazer um esforço maior ali, porque para a gente buscar essa igualdade de oportunidade, a gente precisa ofertar mais para quem demanda mais. Então, o aluno que tem transtorno do espectro autista, principalmente aqueles com maiores demandas, eles precisam ter essas demandas atendidas. Então, a gente precisa se predispor a ofertar aquilo que o aluno está demandando. Chegar com certa igualdade, nem é o termo apropriado, mas, enfim, equidade é o termo mais apropriado. E chegar no processo de alfabetização. Então, a gestão é fundamental no sentido de fornecer, dentro das nossas possibilidades, que às vezes não são tantas assim, mas tudo aquilo que esse aluno precisa para que ele possa se desenvolver a contento. E, claro, a gente também entende que, dependendo do grau de autismo, o aluno vai precisar de mais tempo, ele vai precisar, o ritmo dele é diferenciado, mas a gente precisa ofertar, dentro das nossas possibilidades, tudo o que esse aluno precisa. E, assim, ter um apoio a mais, apoiar a professora para que ela possa ter condição de atender esse aluno com atividade diferenciada, apoiar a professora do AEE para que ela possa ter os recursos necessários para ajudar esse aluno. Então, o papel da gestão é fundamental e a gente pode auxiliar de diferentes maneiras. Mesmo eu não entendendo tanto de educação especial, mas eu entendo de quem precisa se alfabetizar, de quem precisa aprender.

O diretor discorre sobre termos distintos que é a integração e a inclusão, que como ele mesmo cita, “são duas coisas que se misturam”. Mas vale ressaltar que são termos com significados diferentes. Voivodic (2004) explica que

Na integração, a pessoa com deficiência tem que se adaptar ao sistema escolar para fazer parte dele, já na inclusão estimula-se a autonomia das pessoas com deficiência a frequentar a escola criando meios de incluir individualmente essas pessoas, valorizando suas habilidades e, portanto, procurando respeitar à diversidade.

A gestão escolar é a parte organizacional da escola, ou seja, é composta por membros que se encarregam dos procedimentos e ações que visam organizar, planejar e administrar uma determinada instituição de ensino com o objetivo de que

ela funcione de maneira eficiente e atenda às necessidades de sua comunidade escolar, em especial os alunos.

O papel da gestão escolar nesse aspecto sob a perspectiva de incluir e não apenas integrar, é ser um agente facilitador que promove um ambiente educacional acolhedor, mantendo um diálogo aberto e colaborativo com as famílias dos alunos e a fim de que esses alunos tenham o suporte necessário para o seu acesso e permanência no ambiente educacional.

É necessário ainda que a gestão busque implementar políticas que promovam a inclusão, garantindo que as diretrizes educacionais estejam alinhadas com as práticas inclusivas. Essa resposta destaca que a gestão também precisa ser atuante em esforços para fornecer recursos e apoio para a inclusão desses alunos. O diretor reconhece as limitações que a gestão possui, mas é importante que o comprometimento da gestão em promover e garantir a inclusão e não apenas a integração dos alunos com TEA no ambiente educacional esteja sempre em debate.

3.3 A formação continuada, a importância da Professora Pedagoga e a abordagem do PPP na alfabetização e inclusão do aluno com TEA na escola

A formação continuada sobre educação inclusiva que é oferecida aos professores e sua importância na alfabetização dos alunos com TEA é o aspecto inicial a ser analisado nesta seção. Essa formação é um processo de capacitação e atualização que visa aprimorar as competências e conhecimentos dos professores para que possam atender à diferentes necessidades que seus alunos possuem, tendo em vista a diversidade presente em sala de aula, e busca que o ambiente escolar se torne mais inclusivo e acolhedor e respeitoso.

Analisando a resposta da professora A, em relação à formação oferecida aos professores, é percebido que necessita um real interesse por parte da professora em se qualificar sobre o tema, a entrevistada relata como principal dificuldade, a falta de tempo para participar das formações oferecidas pela secretaria de educação, apesar de reconhecer a sua importância.

Professora A: Eles colocam bastante no grupo links de formação continuada pra gente fazer, só que eu não tenho feito nenhuma, mas com certeza ajuda bastante o professor a diagnosticar na sala, eu nunca participei não, mas com certeza deve ser muito boa essa formação. Devido meu tempo que é muito pouco, não dá pra fazer essa formação, tem

bastante, tem presencial, online, mas sempre é a professora Karliane que é a nossa especialista nessa área com os alunos com dificuldades, ela sempre está postando pra gente fazer, mas devido a demanda aqui de muito serviço, atividade pra fazer, nunca foi possível fazer. Mas com certeza, qualquer formação que tenha ajuda muito a esclarecer nossas dúvidas sobre a criança que tem essas dificuldades e a gente saber, na hora que ver o aluno com aquela dificuldade “ah, deve ser isso”, só que eu não faço nenhuma.

A professora A parece não demonstrar interesse em buscar capacitação sobre a educação inclusiva, algo que iria contribuir para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com TEA que tem em sua turma, visto que a necessidade de formação é real, mas também os obstáculos para a sua realização por parte do professor.

A professora B ressalta, descreve sua percepção apontando pontos positivos e negativos acerca das formações ofertadas. Mostra a existência da oferta de capacitações, as opções de temáticas e faz uma crítica quanto à necessidade de adaptação por não coincidir com a realidade que o professor vivencia em sala de aula.

Professora B: Algumas vezes a gente percebe que o que é colocado na formação pra gente trabalhar em sala de aula, não cabe. Precisa fazer uma adaptação. Mas a secretaria oferece cursos de formação que auxilia, como complemento da formação oferecida pela SEMEC, tem a formação que a gente faz de 15 em 15 dias, que oferece a orientação didática para ser trabalhada em sala de aula e é a rotina que a gente segue em sala de aula, dessa formação, dessa orientação. Mas existe uma outra formação complementar que é oferecida extra, e aí você tem que fazer uma inscrição, é oferecida temáticas, oficinas com temáticas diferenciadas e você escolhe aquela que melhor se adequa a sua necessidade da realidade da sua sala e aí você faz e isso ajuda no acompanhamento dos alunos que têm TEA. E nesse sentido, eu vejo que a secretaria se preocupa em oferecer essa formação para os professores.

Analisando o posicionamento da professora entendemos que existe a necessidade de aprimoramento por parte da rede que oferece a formação tornando-as mais prática, contextualizada e alinhada às necessidades que existem na sala de aula, pois sugere uma desproporção entre a formação oferecida e as reais demandas da inclusão de alunos com TEA e os demais que precisam ser incluídos. Em relação à importância do/a pedagogo/a na alfabetização de alunos com TEA, as professoras A e B, apresentaram pontos de vistas diferentes.

Professora A: A importância do pedagogo é que ele nos orienta, como também nós trabalhar. Se a gente tiver alguma dificuldade, a gente vai ao pedagogo e ele nos ajuda bastante.

Professora B: Do pedagogo é importante sim, porque a gente tem uma visão geral desse desenvolvimento da criança, não que as outras

licenciaturas não tenham, mas por ser uma formação geral em termos de metodologia, fundamentos, acredito que auxilia a gente nesse processo de conhecimento dessa realidade e facilite a gente conseguir trabalhar com esses alunos. Não sei dizer se as outras licenciaturas têm a disciplina de Psicologia da educação, mas acredito que sim, dependendo do currículo e isso ajuda muito a gente ter essa fundamentação teórica. Não só a disciplina de psicologia da educação, mas tema a disciplina de educação inclusiva que também dá esse suporte. Então, o pedagogo tem essa visão mais ampla de como ajudar esse aluno dentro dessa especificidade e acredito que seja até um profissional de apoio também dentro dessa rede que acompanha os alunos com esses espectros.

A professora A, destacou o papel orientador do pedagogo em momentos pontuais de dificuldades que as professoras encontram, é um trabalho visto como um suporte crucial oferecendo auxílio e estratégias para lidar com os desafios específicos que cada aluno possa apresentar. A professora B, por conseguinte, enfatiza acerca da formação que a licenciatura em Pedagogia oferece por apresentar aspectos do desenvolvimento infantil e abranger metodologias e fundamentos que facilitam o trabalho com esses alunos, pois ela entende que essa base de fundamentação teórica sólida permite um melhor acompanhamento e entendimento aos professores pedagogos para melhor atenderem os alunos atípicos.

Quando interrogadas acerca de uma auto análise de seus trabalhos no ensino e aprendizagem dos alunos com TEA, as professoras estabeleceram pontos de vistas semelhantes e apresentaram reflexões reconhecendo suas limitações e um desejo de melhorar em suas práticas pedagógicas especificamente com os alunos com NEE - necessidades educacionais especiais.

Professora A: Eu me analisando, que eu preciso é fazer formações para melhorar mais em relação a esses alunos com dificuldade, para entender melhor essas crianças. Estou precisando fazer uma formação, que aí a gente melhora bastante sobre como lidar.

Professora B: Eu acho que eu poderia contribuir mais. Como a gente trabalha com questões de alfabetização, a gente tem muitas demandas. Tem o aluno que tem aluno que tem esse transtorno, o TEA, tem outras demandas que são dificuldades de aprendizagem, e a secretaria nos pede resultados, às vezes imediato e a gente vai pra aquele que dá esse retorno imediato de forma mais rápida, e esses alunos com essas outras dificuldades terminam ficando pro final da fila. E nesse sentido, eu acho que eu poderia contribuir mais, porque a gente vai levando mais pra um lado e outros ficando um pouco pra trás, é o caso que vejo na sala de aula hoje, minha atuação hoje, é a questão da fila, por conta desse resultado imediato que é exigido do professor e a falta de tempo pra tá ali e a quantidade de alunos hoje. Na turma da manhã são 27 alunos, 3 alunos com laudo e alguns sem laudos em que a gente se vira nos trinta. Acredito que minha contribuição poderia ser maior.

A professora se utiliza de uma metáfora falando sobre “a fila”, dando a entender se tratar da priorização das necessidades dos alunos em sala de aula. Isso indica que, devido à pressão por resultados imediatos e à falta de tempo e recursos, as demandas desses alunos (com TEA), acabam não sendo atendidas de maneira adequada em favor daqueles que conseguem acompanhar o ritmo de aprendizagem esperado, isso reflete um desafio comum em ambientes educacionais onde a gestão de tempo e recursos é limitada, a pouca valorização para as condições de trabalho fazem com que o educador se utilize do improviso em suas práticas pedagógicas, o que de maneira direta causam um impacto significativo e negativo na aprendizagem desses alunos.

A resposta traz em destaque uma reflexão e autocrítica em um contexto de múltiplas demandas e pressões que a realidade complexa da sala de aula é explícita no depoimento. A equipe gestora também apresentou de que forma o trabalho dessas professoras contribuem na aprendizagem de seus alunos especiais.

Diretor: É um trabalho heroico. Tá lá no 2º ano, a professora Mara. O 2º ano está lotado e tem alunos especiais. Tem alunos com TEA, mas tem alunos com outros transtornos e alunos com deficiência, e ela tem que dar conta de alfabetizar todos os alunos. Os alunos com transtorno, com deficiência a gente sabe que ele tem um outro tempo, não foi alfabetizado no 2º ano, mas até onde ele avançou? As vezes ele vai conseguir dependendo da deficiência, do transtorno, ele vai conseguir se alfabetizar um pouco mais além, vai precisar de um tempo a mais. Mas a gente tá sempre vendo o processo que ele pode ou não se alfabetizar agora, dependendo das condições, suas necessidades, mas ele também não pode ficar do mesmo jeito que entrou, então a gente precisa verificar isso, é um trabalho muito complexo, as vezes elas estão “arrancando os cabelos” de preocupação, estresse mesmo. Tem aluno que bate, tem aluno que cai no chão e rola, se machuca enfim. Tem o caso do Heitor, é um caso muito emblemático pra gente, ele ficava o tempo todo, as vezes da hora que chegava até a hora que saía, chorando e batendo a cabeça no chão e tinha que ter alguém botando o colchonete ali pra ele não se machucar. Então como é que a professora dá conta de alfabetizar 30 alunos com um ou dois alunos nessa condição? Esse aluno ainda passa na escola por um processo de adaptação, ele estuda a tarde, ele não fica a tarde toda, só até meio período, tem dia que ele não vem, é todo um trabalho que pra chegar ali no “B com A é BA” é um trabalho hercúleo ao anterior, de adaptação.

Vale ressaltar o conhecimento que o Diretor mostra sobre a realidade dos alunos com TEA, a forma como ele narra os fatos, o envolvimento que ele tem com esse público tão grande e que necessita muito de estudo, de compreensão, de análise, de cuidado, mas, especialmente de atenção, de educação, é um direito subjetivo para eles e elas. O Diretor, em seus depoimentos traz uma realidade que a sociedade não conhece, pois não sabe das necessidades, não sabe dos direitos, não conhece a luta das famílias e não sabe, principalmente, da luta da escola,

especialmente da escola pública onde nela pessoas como o Diretor, as professoras, a Coordenadora, as pessoas que dão apoio em outras funções, diariamente, trabalham para que a inclusão escolar possa ser realidade.

Conhecer o público com TEA, é um passo importante para fazer uma educação inclusiva, ainda que, como mostra o Diretor, não seja no tempo que a sociedade espera e, por isso, pode negar as oportunidades para tantas crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Diretor: Então realmente as professoras têm feito um trabalho sobrehumano. O Heitor, se não me engano, hoje ele tem 9 anos ou 10 já, acho que ele já está no 4º ano. Mas para o aluno chegar a ler uma palavra simples tem todo um trabalho que aconteceu anteriormente e não foi fácil, é um trabalho muito grandioso e assim, nós do ponto que estamos olhando, meio de fora, gestão, a gente tem que ter muita tranquilidade nesse aspecto de que é o aluno que vai aprender no seu tempo, o aluno vai precisar de outro suporte e que as coisas não são do jeito que a gente quer. As coisas são do jeito que a demanda do aluno diz também.

É enfatizado acerca do esforço do professor em buscar resultados simples, como a leitura de uma palavra. A adaptação que precede a alfabetização propriamente dita, já é considerada um grande desafio, esse depoimento mostra a complexidade das situações corriqueiras da sala de aula e a necessidade de apoio e recursos adicionais para que os professores possam desempenhar adequadamente seu trabalho, o professor está ali para alfabetizar e o aluno necessita ser alfabetizado.

A equipe gestora também fez uma análise tanto no âmbito de coordenação quanto de direção

Coordenadora: Assim, ele [trabalho das professoras pedagogas alfabetizadoras] têm um significado, tem uma importância esse trabalho que a escola vem desenvolvendo em relação às crianças com TEA. Mas assim, eu sinto que ainda falta a gente fazer mais, ter mais conhecimentos para poder lidar melhor e poder colaborar mais do ponto de vista da socialização acho que a escola hoje faz um trabalho de excelência, mas nessa parte de alfabetização falta muito, falta muito pra gente alcançar resultados mais ou menos favoráveis.

A coordenadora reconhece a importância do trabalho desenvolvido pela escola, mas identifica que existe a necessidade de aprimoramento de saberes, na busca de mais conhecimento e trabalho no contexto de alfabetizar essas crianças, o que é visto como um ponto de partida para uma melhoria contínua.

Diretor: Existe um esforço importante da nossa parte de auxiliar os professores. Eu sou professor de 6º ao 9º, não sou pedagogo, então, quando eu venho para gestão de uma escola que atende desde o 1º do ensino fundamental é um desafio pra mim de ter tato com esses alunos, de entender

as demandas desses alunos, entender os processos de alfabetização [...] é todo um desafio pra mim nesse sentido, mas também entendo que não preciso entender, saber alfabetizar um aluno para dar a devida importância a esse processo. Entendo que o papel fundamental, o primeiríssimo lugar dentro das demandas da escola o de alfabetizar todos os alunos na idade certa. A gente faz o esforço muito grande nesse sentido, eu não sei alfabetizar, não é minha função, mas de dar todo o suporte necessário para que as professoras que estão á no ciclo de alfabetização e até fora do ciclo de alfabetização, mas que tenham alunos que não são alfabetizados, atenda a todos para que esses professores consigam avançar nesse processo e dar todo suporte para que a professora do AEE também consiga fazer seu trabalho da melhor maneira possível. falando de resultados, falar de esforço é uma coisa, falar de resultado é diferente. A gente tem colhido resultados muito positivos, inclusive, eu conversando com um professor, e o professor dizendo ``ah, esse aluno tá no 6º ano mas não é alfabetizado. Como que eu vou fazer com esse aluno?`` Já era um professor bem antigo né, quase se aposentando e ele brigando que esses menino não devia estar no 6º ano, que não era função dele, não ia fazer nada por aquele aluno, e era um aluno especial. Falei; ``professor, lá no 1º ano, a professora leva até 6 meses pro aluno sentar, só sentar. Calma bem aí que o processo não é do jeito que você pensa não, é devagar``. Então, a gente tem muitas limitações, inclusive da compreensão de alguns colegas sobre esses processos.

É necessário analisar aspectos críticos na profissão da gestão escolar, a exemplo de mediar conflitos, de acalmar alunos com comportamentos muito agressivos, sofrer violências, de procurar criar condições e dar apoio ao trabalho docente, etc. Em muitas situações, o trabalho docente, mas não diferente ou principalmente, o trabalho de gestão escolar torna-se um trabalho de risco.

Além dessa realidade, há a humildade de reconhecer que falta muito para atingir os objetivos na educação almejada para os diversos públicos que frequentam a escola e estão em busca de aprendizagem, desenvolvimento e mudança de vida.

Diretor: A gente tá aquém, a gente tem conseguido muito êxito em alguns pontos, alguns aspectos, inclusive esse êxito do aluno sentar na sala, a gente comemora muito, mas a gente compreende que tem uma estrada muito grande pela frente que requer muito esforço nosso no sentido de entender melhor, porque eu entendo muito pouco de transtorno do espectro autista, requer uma tomada de postura nossa acerca dessas questões da inclusão no geral, então a gente tem muito o que discutir, muito o que avançar enquanto profissionais no atendimento a esses casos e requer um esforço institucional falando de rede, falando de secretaria mesmo, no sentido de ofertar formação pros professores. Tenho uma professora do AEE, mas e as escolas que não tem uma professora do AEE? Então a gente tem incluído nas pautas formativas nossas de encontro pedagógico, a professora de AEE tem tido uma pauta, ``vamos falar disso, vamos falar dos alunos com TEA, dos alunos com transtorno X ou Y``, então, nossos encontros pedagógicos tem um tempo que a gente tem posto em pauta a questão da educação inclusiva, mas não é suficiente. Temos tido avanços importantes, Canaã, mas a gente reconhece que ainda está um pouco distante, tem um caminho difícil. Eu levei uma mordida um dia desses, tá aqui a marca, mas não sei sobre manejo comportamental, então fui lá numa ação emergencial, levei uma mordida, não morri, tá aqui, sobrevivi e é isso, sigo em frente.

Em seu relato, o Diretor pontua os desafios e avanços enfrentados pela gestão, ele reconhece as limitações pessoais e profissionais, mas mostra comprometimento ao apoiar os professores pedagogos no processo de alfabetização. Um ponto importante foi destacar o respeito ao ritmo de aprendizagem individualizado que cada aluno possui, em especial os que têm o diagnóstico de TEA, e mostra ainda que a parceria com a equipe de AEE apresenta resultados significativos na inclusão desses alunos uma vez que aborda sobre a necessidade de formação para os professores e a inclusão desse tema nas pautas formativas durante os encontros pedagógicos, o que é visto como um passo importante para melhorar a prática pedagógica e no atendimento às demandas dos alunos com TEA.

Quanto ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e os princípios que o documento contempla em relação à inclusão dos alunos com TEA, a equipe gestora destaca alguns pilares importantes para a inclusão, a igualdade e equidade e alguns esforços para que a implementação de alguns princípios seja validada, como estão apresentados nos depoimentos a seguir:

Diretor: Tem um princípio que não vou dizer que é o que gosto mais, mas gosto muito, é o princípio da igualdade. E que necessariamente vai pra história da inclusão, não necessariamente de alunos com transtornos ou com deficiência, mas da inclusão no geral porque a gente tem alunos que a gente matricula no 6º ano que não tem transtorno nenhum ou deficiência, mas é um aluno que não ler e a gente entra na pauta da inclusão, a gente inclui todos os sujeitos, então tem vaga, a gente matricula. Às vezes os professores protestam "Porque matriculou esse menino que não sabe ler, não sei o que?" -Professor, a escola é pública, eu não posso fazer nenhuma triagem de qualquer natureza de matricular a criança, então, a igualdade está como pilar fundamental dentro do nosso PPP, seja ela de qualquer natureza, inclusive da questão dos alunos atípicos. Tem o princípio da inclusão também, no aspecto mais amplo, e nele entram os alunos com TEA, necessariamente.

Coordenadora: A gente até então não tinha em nosso projeto político-pedagógico nada sobre o atendimento educacional especializado (AEE), fizemos uma reformulação do PPP e contemplamos o trabalho que o AEE faz dentro da escola, a atendimento às crianças com necessidades, as crianças PCD a alfabetização das crianças.

Analisando as respostas obtidas, trazem reflexões positivas, no aspecto de igualdade por exemplo, especialmente em um contexto da escola pública, onde todos têm direito à educação. No entanto, seria interessante explorar mais profundamente como essa igualdade se traduz em práticas pedagógicas concretas no dia a dia da escola e como é garantido no PPP.

Pode-se perceber um avanço significativo quanto a reformulação feita no documento em relação ao anterior, que não contemplava o AEE, é reconhecido a existência de lacunas e a necessidade de evolução nesses aspectos. Essa reformulação reconhece a importância de atender as necessidades dos alunos e indica uma tentativa de alinhar o projeto às diretrizes curriculares que promovem a inclusão. Embora esses avanços já aconteçam, seria interessante discutir como o AEE se articula com as práticas pedagógicas gerais da escola para promover essa alfabetização, especialmente para alunos com dificuldades de aprendizagem.

Nesse sentido, Barbosa (2023, p. 56), aborda sobre a importância do PPP e sua função na concretização das ações de práticas pedagógicas dentro da escola:

[...] o Projeto Político Pedagógico (PPP) é de fundamental importância, e assume que é função dele a concretização das ações que irão consolidar as práticas da cultura escolar, das quais podemos destacar: a inserção de todos os estudantes física e pedagogicamente, objetivando, como fator determinante a reorganização administrativa e pedagógica que por sua vez consolida novos e bons hábitos tendo a inclusão como norte para uma educação real e de altíssima qualidade para os estudantes em sua totalidade.

O autor supracitado enfatiza o papel, a função do PPP na organização de uma instituição escolar, na prática curricular, pois serve como um instrumento norteador que expressa a identidade da instituição e suas diretrizes, estabelece o que a escola deve acreditar e colocar em prática como projeto de educação.

Assim, o referido documento viabiliza a formação dos alunos, viabiliza o trabalho da escola, o projeto educativo, contribui para o desenvolvimento da comunidade escolar, pois é o plano que apresenta as orientações pedagógicas garantindo que estejam alinhadas com as necessidades de aprendizagem dos alunos e alunas.

É um documento que orienta o que deve ser ensinado e como esse trabalho pode ser desenvolvido levando em consideração a diversidade de alunos com suas habilidades e exigências a serem atendidas. O PPP da escola é o principal instrumento que possibilita a inclusão do aluno com TEA porque é o instrumento que orienta a inclusão em educação.

CONCLUSÕES

A prática alfabetizadora e inclusiva de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um tema que, ao ser pesquisado neste trabalho, revelou a urgência de transformações significativas nas abordagens educacionais. Ao longo deste trabalho, ficou claro que, apesar dos avanços nas políticas de inclusão, a escola ainda enfrenta grandes desafios para proporcionar uma alfabetização eficaz e inclusiva para esses alunos. As informações obtidas no campo de pesquisa destacam as lacunas existentes, como a falta de formação específica para professores, a ausência de recursos didáticos adaptados e a necessidade de maior envolvimento da comunidade escolar na compreensão do TEA, são barreiras que dificultam o processo de ensino-aprendizagem. Mais do que identificar problemas, é imprescindível reconhecer que a inclusão não é apenas um direito legal, mas uma oportunidade de enriquecer o ambiente escolar, promovendo empatia, colaboração e respeito às diferenças.

Mediante o exposto, constatou-se que o processo de alfabetização e inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), objeto de estudo desta pesquisa, evidencia a necessidade urgente de mudanças significativas nas estratégias de ensino. Durante este estudo, ficou evidente que, mesmo com os progressos nas políticas de inclusão, a escola ainda enfrenta enormes obstáculos para oferecer uma alfabetização eficiente e inclusiva a esses estudantes.

A situação observada nas salas de aula destaca a demanda por métodos mais adaptáveis e ajustados às especificidades de cada criança com TEA e faz-se necessário que a instituição invista em formação contínua para toda a comunidade escolar envolvida no processo educacional, com um foco particular nos professores, fomentando um ambiente que preza pela diversidade e atende às demandas individuais dos estudantes.

Assim, constatou-se, que a abordagem educacional para pessoas com TEA deve ser individualizada, considerando suas características, habilidades e desafios. A educação inclusiva pressupõe a aceitação da diversidade como um valor fundamental, estimulando a convivência harmoniosa entre os alunos e promovendo o respeito mútuo. Além disso, busca eliminar barreiras físicas, atitudinais e pedagógicas que possam dificultar a participação plena de todos os estudantes no ambiente escolar.

Observou-se que, nesse contexto da inclusão em educação, a escola inclusiva precisa se adaptar à realidade do seu público para atender às necessidades de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências, transtornos de desenvolvimento, dificuldades de aprendizagem ou outras condições que exijam suporte especializado. Isso envolve, portanto, exige, a implementação de práticas pedagógicas diferenciadas, o uso de recursos educacionais acessíveis e a promoção de um ambiente acolhedor e respeitoso.

Constatou-se, que a escola necessita de formação continuada para toda a comunidade: professoras, Diretora, Coordenadora, pessoal de apoio, famílias, dentre outros agentes envolvidos no processo educativo, na perspectiva da inclusão do aluno com TEA. É fundamental, especialmente, que os profissionais da educação tenham conhecimento sobre o autismo e suas manifestações, para poderem oferecer um ambiente inclusivo e acolhedor.

Percebeu-se que, as estratégias como a comunicação alternativa, o uso de rotinas estruturadas, o reforço positivo e a adaptação do currículo são importantes para promover o aprendizado e o desenvolvimento das pessoas com autismo. A colaboração entre professores, familiares e profissionais especializados também é essencial para garantir uma educação de qualidade para as pessoas com autismo. O trabalho em equipe permite identificar as necessidades individuais de cada aluno e criar um plano educacional que favoreça seu progresso e bem-estar.

A promoção da inclusão social e a valorização da diversidade são aspectos fundamentais no contexto educacional. Ao criar ambientes acolhedores, respeitosos e acessíveis, as escolas contribuem para o fortalecimento da autoestima e da autonomia das pessoas com autismo, possibilitando que elas desenvolvam todo o seu potencial. Além disso, a colaboração entre a escola, as famílias e profissionais da saúde é essencial para criar uma rede de apoio que favoreça o desenvolvimento das crianças com TEA. A comunicação efetiva e o compartilhamento de estratégias podem potencializar o aprendizado e garantir que essas crianças se sintam e sejam incluídas e valorizadas no ambiente escolar.

Portanto, é evidente que ainda há um longo caminho a percorrer para que a inclusão e a alfabetização de crianças com TEA sejam efetivas. O compromisso coletivo de educadores, gestores e da sociedade é imprescindível para transformar essa realidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jânio Jorge Vieira de. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Teresina: FUESPI, 2015. v. 1. 198p.

ALMEIDA, Flávio Aparecido de. **Tea: Os desafios da inclusão escolar**. Guarujá-SP: Científica Digital, 2022.

BARBOSA, Leiliane da Silva. **Educação Inclusiva**: um estudo das concepções, estratégias metodológicas e dificuldades dos professores no trabalho pedagógico com crianças portadoras dos transtornos do espectro autista (TEA) – Formiga (MG): Editora Real Conhecer, 2023. 122 p. : il.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BOSA, C. Autismo: atuais interpretações para antigas observações. In: BAPTISTA, C. R.; BOSA, C. (Org.). **Autismo e educação**: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2002.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca – Espanha, 1994.

FRANCO, Maria Amélia do Rosario Santoro. **Prática pedagógica e docência**: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **R. Bras. Est. Pedag.**, Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, set. 2016. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812016000300534&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 jan. 2025. <https://doi.org/10.1590/S2176-6681/288236353>.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **O que é pedagogia**. 3ª Edição, São Paulo: Brasiliense, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 8ª Edição, São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, Márcia Raika e Silva. **Fundamentos da educação especial** / Márcia Raika e Silva Imã. - Teresina: FUESPI, 2013. 118p.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar : o que é? por quê? Como fazer?** - São Paulo : Moderna , 2003. — (Coleção cotidiano escolar).

MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS: DSM-5 / [American Psychiatric Association ; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.] ; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Porto Alegre : Artmed, 2014.

PAPIM, Angelo Antonio Puzipe. **Autismo e aprendizagem: os desafios da Educação Especial** [recurso eletrônico] / Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas.** Textos de José Carlos Libâneo et. al. 3ª Edição, São Paulo: Editora Cortez, 2011.

RICHARDSON, Roberto. Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. rev. amp. São Paulo: Atlas, 2012.

SOARES, Magda. **Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever.** São Paulo: Contexto, 2020. 337 p.

VOIVODIC, Maria Antonieta M.A. **Inclusão escolar de crianças com síndrome de Down.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PERFIL PROFISSIONAL PARTICIPANTES / PARA PROFESSORES/AS

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PROFESSORES/AS

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PERFIL PROFISSIONAL – DIRETOR

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O DIRETOR

APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO PERFIL PROFISSIONAL PARTICIPANTES PARA A COORDENADORA PEDAGÓGICA

APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A COORDENADORA PEDAGÓGICA

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PERFIL PROFISSIONAL PARTICIPANTES / PARA PROFESSORES/AS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI / CAMPUS CLÓVIS MOURA
CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



PROFESSOR ORIENTADOR / RESPONSÁVEL: JÂNIO JORGE VIEIRA DE ABREU
ALUNA PESQUISADORA: CANAÃ GOMES ALVES

QUESTIONÁRIO PERFIL PROFISSIONAL PARTICIPANTES / PARA PROFESSORES/AS

Prezados/as Professores/as

Sou Canaã Gomes Alves, aluna do IX Bloco do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Campus Clóvis Moura, turno matutino, matrícula nº **1076047**. Estou realizando um trabalho de pesquisa sobre as contribuições do pedagogo/a na alfabetização de crianças com transtorno do espectro autista, sob a orientação do Profº Dr. **Jânio Jorge Vieira de Abreu** e necessito de sua valiosa contribuição respondendo um questionário e concedendo uma entrevista sobre o tema supracitado. As respostas obtidas nos dois procedimentos serão instrumentos de análises e reflexões sobre o tema, mas a pesquisadora garante total discrição (anonimato) das pessoas que colaborarem com o estudo.

Número do questionário e categoria participante: _____

Sexo: () masculino; () feminino; () não-binário

Cargo / Função que exerce: _____

Turno/s no/s quais / qual trabalha: _____

Nível de ensino e/ou modalidade com a qual trabalha: _____

Faixa etária dos/das alunos/as com os/as quais trabalha: _____

Tempo de serviço na educação _____ e na instituição: _____

Carga horária de trabalho _____

Formação inicial: _____ Ano de conclusão: _____

Titulação máxima: _____ Idade? _____

Recebe formação continuada? Como é oferecida?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PROFESSORES/AS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS CLÓVIS MOURA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
PROFESSOR ORIENTADOR / RESPONSÁVEL: JÂNIO JORGE VIEIRA DE ABREU
ALUNA PESQUISADORA: CANAÃ GOMES ALVES



ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PROFESSORES/AS

- 1- O que você entende por Transtorno do Espectro Autista (TEA)?
- 2- Para você, o que significa inclusão?
- 3- Quais os desafios e possibilidades para a inclusão do aluno com TEA?
- 4- Para você, o que significa a alfabetização do aluno com TEA?
- 5- Quais as dificuldades / facilidades que você encontra para o processo de alfabetização do aluno com TEA?
- 6- Como você analisa a formação continuada para a alfabetização e inclusão de alunos com TEA?
- 7- O que você sabe a respeito da legislação que estabelece direitos aos autistas?
- 8- Na sua opinião, como a relação entre família e escola pode contribuir no desenvolvimento da aprendizagem da criança com TEA?
- 9- Você acredita que a escola regular está preparada para receber o aluno com TEA? Justifique sua resposta.
- 10- Como é desenvolvida a metodologia de ensino e/ou as estratégias para incluir as crianças com TEA nas atividades em sala de aula?
- 11 – Para você, qual a importância do/a Pedagogo/a na alfabetização de alunos/as com TEA?
- 12 - Como você analisa o seu trabalho como professor/a pedagogo/a no processo de ensino, aprendizagem e inclusão do aluno com TEA?

13 – Você considera que o trabalho da escola está contribuindo para a aprendizagem, para o desenvolvimento e inclusão do aluno com TEA? Justifique sua resposta.

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO PERFIL PROFISSIONAL – DIRETOR



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI / CAMPUS CLÓVIS MOURA
CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
PROFESSOR ORIENTADOR / RESPONSÁVEL: JÂNIO JORGE VIEIRA DE ABREU
ALUNA PESQUISADORA: CANAÃ GOMES ALVES



QUESTIONÁRIO PERFIL PROFISSIONAL – DIRETOR

Sr. Diretor,

Sou Canaã Gomes Alves, aluna do IX Bloco do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Campus Clóvis Moura, turno matutino, matrícula nº **1076047**. Estou realizando um trabalho de pesquisa sobre as contribuições do pedagogo/a na alfabetização de crianças com transtorno do espectro autista, sob a orientação do Profº Dr. **Jânio Jorge Vieira de Abreu** e necessito de sua valiosa contribuição respondendo um questionário e concedendo uma entrevista sobre o tema supracitado. As respostas obtidas nos dois procedimentos serão instrumentos de análises e reflexões sobre o tema, mas a pesquisadora garante total discrição (anonimato) das pessoas que colaborarem com o estudo.

Número do questionário e categoria participante: _____

Sexo: () masculino; () feminino; () não-binário

Cargo / Função que exerce na instituição: _____

Turno/s no/s quais / qual trabalha:

Níveis e Modalidades da escola em sua gestão:

Tempo de serviço na educação _____ e na instituição:

Carga horária de trabalho _____

Formação inicial: _____ Ano de conclusão: _____

Titulação máxima: _____ Idade? _____

Recebe formação continuada? Como é oferecida?

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O DIRETOR



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS CLÓVIS MOURA
CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
PROFESSOR ORIENTADOR / RESPONSÁVEL: JÂNIO JORGE VIEIRA DE ABREU
ALUNA PESQUISADORA: CANAÃ GOMES ALVES

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O DIRETOR

- 1- Qual a sua concepção sobre a educação inclusiva?
- 2- Qual é o seu conhecimento sobre Transtorno do Espectro Autista (TEA)?
- 3- Para você, a prática gestora contempla a alfabetização na perspectiva inclusiva dos alunos com TEA na escola? Justifique sua resposta.
- 4- Quais os desafios enfrentados pela equipe gestora no atendimento aos alunos com TEA?
- 5- Para você, qual o papel da gestão escolar no processo de alfabetização e inclusão de alunos com TEA?
- 6- Como ocorre/eu a aceitação da comunidade escolar com o ingresso de uma criança com TEA em uma classe regular de ensino?
- 7- A escola possui Atendimento Educacional Especializado (AEE)? se sim, como funciona esse atendimento?
- 8- Que conhecimento você tem sobre a legislação e diretrizes que asseguram e orientam a alfabetização do/a aluno/a com TEA?

9- Como o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição contempla os princípios da inclusão previstos nas diretrizes curriculares?

10 - Como você analisa o trabalho das professoras (pedagogas) na alfabetização de crianças com TEA?

11 - Como você analisa o seu trabalho e o trabalho da escola como um todo na alfabetização inclusiva do aluno com TEA?

APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO PERFIL PROFISSIONAL PARTICIPANTES PARA A COORDENADORA PEDAGÓGICA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI / CAMPUS CLÓVIS MOURA

CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

PROFESSOR ORIENTADOR / RESPONSÁVEL: JÂNIO JORGE VIEIRA DE ABREU

ALUNA PESQUISADORA: CANAÃ GOMES ALVES



QUESTIONÁRIO PERFIL PROFISSIONAL PARTICIPANTES PARA A COORDENADORA PEDAGÓGICA

Sra. Coordenadora,

Sou Canaã Gomes Alves, aluna do VIII Bloco do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Campus Clóvis Moura, turno matutino, matrícula nº **1076047**. Estou realizando um trabalho de pesquisa sobre as contribuições do pedagogo/a na alfabetização de crianças com transtorno do espectro autista, sob a orientação do Profº Dr. **Jânio Jorge Vieira de Abreu** e necessito de sua valiosa contribuição respondendo um questionário e concedendo uma entrevista sobre o tema supracitado. As respostas obtidas nos dois procedimentos serão instrumentos de análises e reflexões sobre o tema, mas a pesquisadora garante total discrição (anonimato) das pessoas que colaborarem com o estudo.

Número do questionário e categoria participante: _____

Sexo: () masculino; () feminino; () não-binário

Turno/s no/s quais / qual trabalha:

Cargo / função que desempenha na escola:

Níveis e Modalidades da escola sob sua coordenação:

Tempo de serviço na educação _____ e na instituição:

Carga horária de trabalho _____

Formação inicial: _____ Ano de conclusão: _____

Titulação máxima: _____ Idade? _____

Recebe formação continuada? Como é oferecida?

APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A COORDENADORA PEDAGÓGICA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI

CAMPUS CLÓVIS MOURA

CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

PROFESSOR ORIENTADOR / RESPONSÁVEL: JÂNIO JORGE VIEIRA DE ABREU

ALUNA PESQUISADORA: CANAÃ GOMES ALVES



ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A COORDENADORA PEDAGÓGICA

- 1- Qual a sua concepção sobre a educação inclusiva?
- 2- Qual é o seu conhecimento sobre Transtorno do Espectro Autista (TEA)?
- 3- Para você, a prática de Coordenadora Pedagógica contempla a alfabetização na perspectiva inclusiva dos alunos com TEA na escola? Justifique sua resposta.
- 4- Quais os desafios enfrentados pela coordenação no atendimento aos alunos com TEA?
- 5- Para você, qual o papel da Coordenação Pedagógica no processo de alfabetização e inclusão de alunos com TEA?

- 6- Como ocorre/ou a aceitação da comunidade escolar com o ingresso de uma criança com TEA em uma classe regular de ensino?
- 7- A escola possui Atendimento Educacional Especializado (AEE)? se sim, como funciona esse atendimento?
- 8- Que conhecimento você tem sobre a legislação e diretrizes que asseguram e orientam a alfabetização do/a aluno/a com TEA?
- 9- Como o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição contempla os princípios da inclusão previstos nas diretrizes curriculares?
- 10- Como você analisa o trabalho das professoras (pedagogas) na alfabetização de crianças com TEA?
- 11- Como você analisa o seu trabalho como Coordenadora Pedagógica e o trabalho da escola como um todo na alfabetização inclusiva do aluno com TEA?

ANEXOS – DECLARAÇÕES, TERMOS, PROTOCOLOS DE AUTORIZAÇÃO

ANEXO A - DECLARAÇÃO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE / PROFESSORAS

ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO / TCLE-DIRETOR

ANEXO D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE / COORDENADORA PEDAGÓGICA

ANEXO E - CARTA DE APRESENTAÇÃO E CONVITE À PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

ANEXO A – DECLARAÇÃO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ UESPI
CAMPUS CLÓVIS MOURA - CCM
CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



DECLARAÇÃO DO/A PESQUISADOR/A RESPONSÁVEL

Ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP do Centro Universitário UNINOVAFAPI

Eu, **Jânio Jorge Vieira de Abreu**, Professor Assistente do quadro efetivo/a da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, matrícula nº 157143-5 e a aluna **Canaã Gomes Alves**, matrícula UESPI nº 1076047 do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UESPI, pesquisador e aluna pesquisadora, responsáveis pela pesquisa intitulada **“As contribuições do pedagogo/a na alfabetização de crianças com transtorno do espectro autista (TEA) em uma escola da cidade de Teresina-PI”**, declaro(amos) que: assumo(imos) o compromisso de cumprir os Termos da Resolução nº 466/12, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e demais resoluções complementares à mesma (240/97, 251/97, 292/99, 340/2004 e 510/16); assumo(imos) o compromisso de zelar pela privacidade e pelo sigilo das informações, que serão obtidas e utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa; os materiais e as informações obtidas no desenvolvimento deste trabalho serão utilizadas apenas para atingir o(s) objetivo(s) previsto(s) nesta pesquisa e não serão utilizados para outras pesquisas sem o devido consentimento dos participantes; os materiais e os dados obtidos ao final da pesquisa serão arquivados pelo período de 5 anos sob a responsabilidade do/a professor/a orientador/a Jânio Jorge Vieira de Abreu e aluna Canaã Gomes Alves, que também será responsável pelo descarte dos materiais e dados, caso os mesmos não sejam estocados ao final da pesquisa; os resultados da pesquisa serão tornados públicos através de publicações em periódicos científicos e/ou em encontros científicos, quer sejam favoráveis ou não, respeitando-se sempre a

privacidade e os direitos individuais dos sujeitos da pesquisa; O Comitê de Ética em Pesquisa – CEP do Centro Universitário UNINOVAFAPI será comunicado da suspensão ou do encerramento da pesquisa por meio de relatório ou na ocasião da suspensão ou do encerramento da pesquisa com a devida justificativa; o CEP / UNINOVAFAPI será imediatamente comunicado se ocorrerem efeitos adversos resultantes desta pesquisa com o participante; declaro (amos) que esta pesquisa ainda não foi iniciada em sendo autorizada, será realizada e apresentaremos relatório final desta pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP do Centro Universitário UNINOVAFAPI.

Teresina (PI), 10 de julho de 2024.

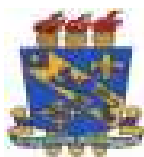


Jânio Jorge Vieira de Abreu /a (Mat. UESPI nº 157143-5) – Pesquisador responsável



Canaã Gomes Alves (mat. UESPI nº 1076047) – Aluna Pesquisadora

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE / PROFESSORAS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS CLÓVIS MOURA - CCM
CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE / PROFESSORAS

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada “as contribuições do pedagogo/a na alfabetização de crianças com transtorno do espectro autista (TEA) em uma escola da cidade de Teresina-PI”, tendo como **pesquisadora a graduanda Canaã Gomes Alves e Pesquisador Responsável, orientador Profº Dr. Jânio Jorge Vieira de Abreu**. O objetivo geral do trabalho é analisar a prática alfabetizadora dos/as pedagogos/as e sua contribuição para a inclusão dos alunos com TEA na escola pesquisada. Terá como instrumento de recolha ou produção de dados um questionário, a fim de construir o perfil profissional dos participantes da pesquisa e a entrevista guiada realizada com os/as professores/as e equipe gestora na instituição (Diretor da Escola e Coordenadora Pedagógica), da Escola Municipal São Sebastião no município de Teresina-Piauí. As entrevistas serão gravadas, transcritas e analisadas. Essa investigação trará benefícios aos participantes da pesquisa, possibilitando reflexões e aprendizados acerca da inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista - TEA e as práticas pedagógicas destinadas a esse público. Destaco, que esta pesquisa pode trazer riscos como constrangimentos, intimidações e exposição indevida dos participantes. No entanto, para evitar qualquer mal-estar aos participantes do estudo, evitaremos qualquer procedimento que venha submetê-los a estas situações, preservando sua integridade. Serão adotadas medidas para evitar e minimizar possíveis desconfortos, iniciando por garantir que as ações ocorram em espaços reservados e com a garantia de total sigilo, privacidade e caso venha a ocorrer algum constrangimento, mal-estar, ou algum tipo de dano à pessoa participante, serão tomadas as providências no sentido de saná-las. A/o participante terá o tempo necessário para decidir, autonomamente, sua participação ou não na pesquisa, terá o direito à liberdade para recusar sua participação, para retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa. Terá, ainda, o direito de

receber assistência (integral e imediata) por danos, de forma gratuita, requerer indenização por danos, receber ressarcimento de gastos (incluindo os de acompanhantes). Às/aos participantes serão garantidos o acesso aos resultados da pesquisa, assim como, a confiabilidade dos seus dados e de sua privacidade na pesquisa. Todas/os as/os participantes receberão orientações e esclarecimentos de suas dúvidas e poderão recorrer aos contatos, descritos abaixo, para obter qualquer informação sobre a pesquisa e, ainda, poderão entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP / UNINOVAFAPI, localizado no Centro Universitário UNINOVAFAPI, endereço: Rua Vitorino Orthiges Fernandes, 6123 – Uruguai, CEP: 64073-505 - Teresina – Piauí, pelo telefone - (086) 2106-0738, e-mail: cep@uninovafapi.edu.br. O CEP / UNINOVAFAPI tem por finalidade identificar, definir, orientar e analisar as questões éticas implicadas nas pesquisas científicas que envolvam seres humanos, individual e/ou coletivamente, direta ou indiretamente, observando a defesa da integridade e dignidade dos participantes da pesquisa no desenvolvimento dentro de padrões éticos. Este documento é assinado em duas (02) vias ao serem rubricadas em todas as páginas e assinadas, ao seu término, pelo participante ou representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, sendo que o participante receberá uma via.

Teresina - PI, ____ de _____ de 2024.


Assinatura do Pesquisador Responsável - Orientador


Assinatura da aluna Pesquisadora - autora

Assinatura do/a participante – colaborador/a

Contatos:

Aluna pesquisadora: Canaã Gomes Alves

E-mail: canaaalves@aluno.uespi.br

Endereço: Rua Cinco da Vila Maria Luiza, nº 2270, Bairro: Usina Santana - Jardim Europa,

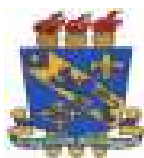
Cidade: Teresina-PI, CEP **Telefone:** (86) 9 8861-0848 CEP: 64097050

Pesquisador Responsável: Jânio Jorge Vieira de Abreu

Telefone: (86) 9 8858 1110 **Email:** janiojorge@ccm.uespi.br

Endereço: Quadra I – 01, Casa 16, Conjunto Porto Alegre, Bairro: Esplanada, CEP: 64039540, Teresina – PI

ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO / TCLE-DIRETOR



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS CLÓVIS MOURA - CCM
CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE / DIRETOR

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada “as contribuições do pedagogo/a na alfabetização de crianças com transtorno do espectro autista (TEA) em uma escola da cidade de Teresina-PI”, tendo como **pesquisadora a graduanda Canaã Gomes Alves e Pesquisador Responsável, orientador Profº Dr. Jânio Jorge Vieira de Abreu**. O objetivo geral do trabalho é analisar a prática alfabetizadora dos/as pedagogos/as e sua contribuição para a inclusão dos alunos com TEA na escola pesquisada. Terá como instrumento de recolha ou produção de dados um questionário, a fim de construir o perfil profissional dos participantes da pesquisa e a entrevista guiada realizada com os/as professores/as e equipe gestora na instituição (Diretor da Escola e Coordenadora Pedagógica), da Escola Municipal São Sebastião no município de Teresina-Piauí. As entrevistas serão gravadas, transcritas e analisadas. Essa investigação trará benefícios aos participantes da pesquisa, possibilitando reflexões e aprendizados acerca da inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista - TEA e as práticas pedagógicas destinadas a esse público. Destaco, que esta pesquisa pode trazer riscos como constrangimentos, intimidações e exposição indevida dos participantes. No entanto, para evitar qualquer mal-estar aos participantes do estudo, evitaremos qualquer procedimento que venha submetê-los a estas situações, preservando sua integridade. Serão adotadas medidas para evitar e minimizar possíveis desconfortos, iniciando por garantir que as ações ocorram em espaços reservados e com a garantia de total sigilo, privacidade e caso venha a ocorrer algum constrangimento, mal-estar, ou algum tipo de dano à pessoa participante, serão tomadas as providências no sentido de saná-las. A/o participante terá o tempo necessário para decidir, autonomamente, sua participação

ou não na pesquisa, terá o direito à liberdade para recusar sua participação, para retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa. Terá, ainda, o direito de receber assistência (integral e imediata) por danos, de forma gratuita, requerer indenização por danos, receber ressarcimento de gastos (incluindo os de acompanhantes). Às/aos participantes serão garantidos o acesso aos resultados da pesquisa, assim como, a confiabilidade dos seus dados e de sua privacidade na pesquisa. Todas/os as/os participantes receberão orientações e esclarecimentos de suas dúvidas e poderão recorrer aos contatos, descritos abaixo, para obter qualquer informação sobre a pesquisa e, ainda, poderão entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP / UNINOVAFAPI, localizado no Centro Universitário UNINOVAFAPI, endereço: Rua Vitorino Orthiges Fernandes, 6123 – Uruguai, CEP: 64073-505 - Teresina – Piauí, pelo telefone - (086) 2106-0738, e-mail: cep@uninovafapi.edu.br. O CEP / UNINOVAFAPI tem por finalidade identificar, definir, orientar e analisar as questões éticas implicadas nas pesquisas científicas que envolvam seres humanos, individual e/ou coletivamente, direta ou indiretamente, observando a defesa da integridade e dignidade dos participantes da pesquisa no desenvolvimento dentro de padrões éticos. Este documento é assinado em duas (02) vias ao serem rubricadas em todas as páginas e assinadas, ao seu término, pelo participante ou representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, sendo que o participante receberá uma via.

Teresina - PI, _____ de _____ de 2024.


 Assinatura do Pesquisador Responsável - Orientador


 Assinatura da aluna Pesquisadora - autora

 Assinatura do/a participante – colaborador/a

Contatos:

Aluna pesquisadora: Canaã Gomes Alves

E-mail: canaaalves@aluno.uespi.br

Endereço: Rua Cinco da Vila Maria Luiza, nº 2270, Bairro: Usina Santana - Jardim Europa,

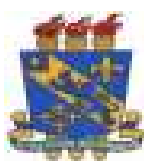
Cidade: Teresina-PI, CEP **Telefone:** (86) 9 8861-0848 CEP: 64097050

Pesquisador Responsável: Jânio Jorge Vieira de Abreu

Telefone: (86) 9 8858 1110 **Email:** janiojorge@ccm.uespi.br

Endereço: Quadra I – 01, Casa 16, Conjunto Porto Alegre, Bairro: Esplanada, CEP: 64039540, Teresina – PI

ANEXO D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE / COORDENADORA PEDAGÓGICA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS CLÓVIS MOURA - CCM
CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE / COORDENADORA PEDAGÓGICA

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada “as contribuições do pedagogo/a na alfabetização de crianças com transtorno do espectro autista (TEA) em uma escola da cidade de Teresina-PI”, tendo como **pesquisadora a graduanda Canaã Gomes Alves e Pesquisador Responsável, orientador Profº Dr. Jânio Jorge Vieira de Abreu**. O objetivo geral do trabalho é analisar a prática alfabetizadora dos/as pedagogos/as e sua contribuição para a inclusão dos alunos com TEA na escola pesquisada. Terá como instrumento de recolha ou produção de dados um questionário, a fim de construir o perfil profissional dos participantes da pesquisa e a entrevista guiada realizada com os/as professores/as e equipe gestora na instituição (Diretor da Escola e Coordenadora Pedagógica), da Escola Municipal São Sebastião no município de Teresina-Piauí. As entrevistas serão gravadas, transcritas e analisadas. Essa investigação trará benefícios aos participantes da pesquisa, possibilitando reflexões e aprendizados acerca da inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista - TEA e as práticas pedagógicas destinadas a esse público. Destaco, que esta pesquisa pode trazer riscos como constrangimentos, intimidações e exposição indevida dos participantes. No entanto, para evitar qualquer mal-estar aos participantes do estudo, evitaremos qualquer procedimento que venha submetê-los a estas situações, preservando sua integridade. Serão adotadas medidas para

evitar e minimizar possíveis desconfortos, iniciando por garantir que as ações ocorram em espaços reservados e com a garantia de total sigilo, privacidade e caso venha a ocorrer algum constrangimento, mal-estar, ou algum tipo de dano à pessoa participante, serão tomadas as providências no sentido de saná-las. A/o participante terá o tempo necessário para decidir, autonomamente, sua participação ou não na pesquisa, terá o direito à liberdade para recusar sua participação, para retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa. Terá, ainda, o direito de receber assistência (integral e imediata) por danos, de forma gratuita, requerer indenização por danos, receber ressarcimento de gastos (incluindo os de acompanhantes). Às/aos participantes serão garantidos o acesso aos resultados da pesquisa, assim como, a confiabilidade dos seus dados e de sua privacidade na pesquisa. Todas/os as/os participantes receberão orientações e esclarecimentos de suas dúvidas e poderão recorrer aos contatos, descritos abaixo, para obter qualquer informação sobre a pesquisa e, ainda, poderão entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP / UNINOVAFAPI, localizado no Centro Universitário UNINOVAFAPI, endereço: Rua Vitorino Orthiges Fernandes, 6123 – Uruguai, CEP: 64073-505 - Teresina – Piauí, pelo telefone - (086) 2106-0738, e-mail: cep@uninovafapi.edu.br. O CEP / UNINOVAFAPI tem por finalidade identificar, definir, orientar e analisar as questões éticas implicadas nas pesquisas científicas que envolvam seres humanos, individual e/ou coletivamente, direta ou indiretamente, observando a defesa da integridade e dignidade dos participantes da pesquisa no desenvolvimento dentro de padrões éticos. Este documento é assinado em duas (02) vias ao serem rubricadas em todas as páginas e assinadas, ao seu término, pelo participante ou representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, sendo que o participante receberá uma via.

Teresina - PI, ____ de _____ de 2024.


Assinatura do Pesquisador Responsável - Orientador


Assinatura da aluna Pesquisadora - autora

Assinatura do/a participante – colaborador/a

Contatos:

Aluna pesquisadora: Canaã Gomes Alves

E-mail: canaaalves@aluno.uespi.br

Endereço: Rua Cinco da Vila Maria Luiza, nº 2270, Bairro: Usina Santana - Jardim Europa,

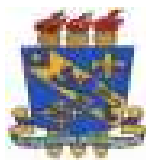
Cidade: Teresina-PI, CEP **Telefone:** (86) 9 8861-0848 CEP: 64097050

Pesquisador Responsável: Jânio Jorge Vieira de Abreu

Telefone:(86) 9 8858 1110 **Email:** janiojorge@ccm.uespi.br

Endereço: Quadra I – 01, Casa 16, Conjunto Porto Alegre, Bairro: Esplanada, CEP: 64039540, Teresina – PI

ANEXO E - CARTA DE APRESENTAÇÃO E CONVITE À PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI

CAMPUS CLÓVIS MOURA - CCM

CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

PROFESSOR ORIENTADOR: JÂNIO JORGE VIEIRA DE ABREU

ALUNA PESQUISADORA: CANAÃ GOMES ALVES



CARTA DE APRESENTAÇÃO E CONVITE À PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Sr. Diretor, Sras. Professoras Pedagogas e Sra. Coordenadora,

Apresentamos a estudante pesquisadora **Canaã Gomes Alves**, aluna do IX Bloco do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Campus Clóvis Moura, turno manhã, matrícula nº1076047, a qual está realizando um trabalho de pesquisa sobre **as contribuições do pedagogo/a na alfabetização de crianças com transtorno do espectro autista (TEA) em uma escola de Teresina-PI**, sob a orientação do Profº Dr. Jânio Jorge Vieira de Abreu e necessita de suas valiosas contribuições respondendo um questionário e concedendo uma entrevista sobre o tema supracitado. As respostas obtidas no procedimento serão instrumentos de análises e reflexões sobre o tema, mas a pesquisadora garante total discrição (anonimato) das pessoas que colaborarem com o estudo.

Informamos que todas as ações de pesquisa realizadas e os dados produzidos na instituição contribuirão para a construção do Trabalho de Conclusão

de Curso - TCC da referida aluna, mas garantimos total discrição (anonimato) das/os colaboradores/as do estudo e da instituição pesquisada, respeitando e aplicando todos os princípios éticos da pesquisa de acordo com a resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde do Brasil, documento que assegura que os pesquisadores responsáveis evitem ou amenizem os riscos, garantam a dignidade, o bem-estar e os direitos dos participantes da pesquisa, bem como os benefícios do estudo. Informamos ainda que o estudo no campo, por envolver pessoas, só será realizado após a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP do Centro Universitário UNINOVAFAPÍ.

Agradecemos antecipadamente o apoio e atenção dispensada e estaremos à disposição para maiores esclarecimentos sobre a realização da pesquisa através dos telefones e e-mails: Profº Orientador - Celular (86) 988581110; e-mail institucional: janiojorge@ccm.uespi.br; aluna pesquisadora: celular 86 988610848; e-mail institucional: canaaalves@aluno.uespi.br . Sem mais a acrescentar, contamos com a colaboração de V. Sa. encaminhando satisfatoriamente a nossa solicitação.

Teresina (PI), 10 de junho de 2024.



Jânio Jorge Vieira de Abreu /a (Mat. UESPI nº 157143-5) – Pesquisador responsável



Canaã Gomes Alves (mat. UESPI nº 1076047) – Aluna Pesquisadora

